

INQUÉRITO MULTIOBJECTIVO CONTÍNUO 2015

MÓDULO SECTOR INFORMAL





**INQUÉRITO MULTIOBJECTIVO
CONTÍNUO 2015
MÓDULO SECTOR INFORMAL**

FICHA TÉCNICA

Instituto Nacional de Estatística

Inquérito Multiobjectivo Contínuo 2015

Módulo sector informal

Presidente

Oswaldo Rui Monteiro dos Reis Borges

Vice-Presidente

Celso Hermínio Soares Ribeiro

Departamento da Administração

Gorete de Carvalho

Departamento

Estatísticas Demográficas e Sociais

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Av. Cidade de Lisboa, nº 18,

Cx. Postal 116, Praia

Tel.: +238 261 38 27 / Fax: +238 261 16 56

Email: inecv@ine.gov.cv

Design e composição

Divisão de Comunicação, Difusão e Relações Institucionais

© Copyright 2013

Instituto Nacional de Estatística

Para quaisquer Esclarecimento, contactar:

Orlando Monteiro – omonteiro@ine.gov.cv

Carlos Mendes – carlos.mendes@ine.gov.cv

Tel.: (238) 261 3960 / 3827 - Fax: (238) 261 1656

Data Publicação

Novembro 2018

ÍNDICE

SÍNTESE	10
1. CONDIÇÕES DE ACTIVIDADE DAS UPI	10
2. MÃO-DE-OBRA E EMPREGO NO SECTOR INFORMAL.....	11
3. CAPITAL, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO NO SECTOR INFORMAL	12
4. DESEMPENHO ECONÓMICO DO SECTOR INFORMAL.....	13
5. O SECTOR INFORMAL E O ESTADO	14
6. PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DO SECTOR INFORMAL E PERSPECTIVAS	15
INTRODUÇÃO	18
1. CONTEXTO E OBJECTIVOS.....	18
2. SÍNTESE METODOLÓGICA	19
CONDIÇÕES DE ACTIVIDADE DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO INFORMAIS	21
1. CARACTERÍSTICAS UPI.....	21
1.1. <i>Tipo de emprego do promotor da UPI e critério e informalidade</i>	<i>21</i>
1.2. <i>Estrutura das UPIs por domínio e por sector de actividade</i>	<i>23</i>
1.3. <i>Condições de actividade.....</i>	<i>25</i>
1.4. <i>Demografia das unidades de produção.....</i>	<i>29</i>
MÃO-DE-OBRA E EMPREGO NO SECTOR INFORMAL	32
1. TAMANHO DAS UPIS	32
2. TAXA DE ASSALARIAMENTO	33
3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO	35
3.1. <i>Estatuto dos activos ocupados e o sector de actividade</i>	<i>35</i>
3.2. <i>Vulnerabilidade dos empregos no sector informal.....</i>	<i>36</i>
4. DURAÇÃO DO TRABALHO.....	38
5. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DOS ACTIVOS DO SECTOR INFORMAL	39
5.1. <i>Nível de instrução e tipo de aprendizagem</i>	<i>39</i>
5.2. <i>Estatuto de emprego das mulheres e dos jovens no sector informal</i>	<i>40</i>
5.3. <i>A idade média, o número médio de anos de instrução e a antiguidade dos activos ocupados</i>	<i>42</i>
6. NÍVEL DE REMUNERAÇÃO	44
6.1. <i>Dinâmica de criação de empregos pelas UPIs.....</i>	<i>47</i>
CAPITAL, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	48
1. VALOR DO CAPITAL DO SECTOR INFORMAL	48
2. CARACTERÍSTICAS DO CAPITAL DO SECTOR INFORMAL.....	49
3. INVESTIMENTO NO SECTOR INFORMAL.....	54
4. EMPRÉSTIMO NO SECTOR INFORMAL.....	56
DESEMPENHO ECONÓMICO DO SECTOR INFORMAL	58
1. PRINCIPAIS COMPONENTES ECONÓMICOS DO SECTOR INFORMAL.....	58
2. DESEMPENHO DAS UNIDADES INFORMAIS	61
2.1. <i>Estrutura de produção mensal.....</i>	<i>61</i>
2.2. <i>Estrutura dos custos mensais da produção.....</i>	<i>63</i>
2.3. <i>Indicadores médios de desempenho económico das UPIs.....</i>	<i>67</i>
2.4. <i>Produtividade aparente.....</i>	<i>71</i>
O SETOR INFORMAL E O ESTADO	75
1. O REGISTO DE ACTIVIDADE	75
2. A INSCRIÇÃO NOS REGISTOS ADMINISTRATIVOS	75

3.	MOTIVOS DO NÃO REGISTO	76
4.	FORMALIZAÇÃO DO SECTOR INFORMAL?	77
PROBLEMAS E PERSPECTIVAS		80
1.	AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELO SECTOR INFORMAL	80
2.	AS AJUDAS DESEJADAS PELOS OPERADORES DO SECTOR INFORMAL.....	81
3.	AS PERSPECTIVAS DE FUTURO DO SECTOR INFORMAL.....	82
CONCLUSÃO		84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		87
ANEXOS		88
	ANEXO 1 - ALGUNS CONCEITOS.....	88
	ANEXO II - ALGUMAS TABELAS POR REGIÃO	90

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das UPI de acordo com o tipo de emprego do promotor por sector de actividade segundo meio de residência. Cabo Verde, 2015	22
Tabela 2 - Distribuição das UPI de acordo com o registo e a elaboração de uma contabilidade por meio e por sector de actividade. Cabo Verde, 2015.	22
Tabela 3 - Estrutura das UPIs por sector de actividade de acordo com o domínio. Cabo Verde, 2015	23
Tabela 4 - Estrutura das UPIs por sector de actividade de acordo com o domínio. Cabo Verde, 2015 (continuação).....	24
Tabela 5 - Estrutura das UPIs por ramo de actividade segundo o meio de residência. Cabo Verde, 2015	25
Tabela 6 - Tipo de local consoante o ramo de actividade e o meio de residência. Cabo Verde, 2015	26
Tabela 7 - Distribuição (em %) das UPIs de acordo com as principais razões para não dispuserem de um espaço, por ramo de actividade e por meio de residência. Cabo Verde, 2015.....	28
Tabela 8 - Distribuição das UPI (em %) com um espaço profissional e com acesso aos serviços públicos, por sector de actividade segundo o meio de residência. Cabo Verde, 2015	29
Tabela 9 - Distribuição das UPIs em função do seu tamanho por meio de residência e sector de actividade, Cabo Verde, 2015	32
Tabela 10 - Distribuição das UPIs (em efetivo e %) de acordo com o tipo de emprego por meio de residência e sector de actividade. Cabo Verde, 2015	34
Tabela 11 - Características dos empregos dependentes segundo o estatuto no emprego e domínio. Cabo Verde, 2015	37
Tabela 12 - Distribuição (%) dos activos ocupados segundo por tempo semanal de trabalho, por meio de residência. Cabo Verde, 2015	38
Tabela 13 - Distribuição (%) dos activos ocupados do sector informal por nível de instrução, tipo de aprendizagem e de acordo com certas características. Cabo Verde, 2015.....	40
Tabela 14 – Características demográficas dos activos informais por estatuto, sector de actividade e meio de residência. Cabo Verde, 2015	41
Tabela 15 - Distribuição dos activos (%) do sector informal com menos de 25 anos em função do seu estatuto por sector de actividade. Cabo Verde, 2015	42
Tabela 16 - Renumeração, média, mediana e horária(ECV) no sector informal, por características seleccionadas Cabo Verde, 2015.	46
Tabela 17 - Distribuição (%) dos activos de acordo com a sua antiguidade e o seu estatuto. Cabo Verde, 2015	47
Tabela 18 - UPI (%) sem capital e montante médio do capital por sector, segundo o meio de residência, Cabo Verde, 2015	48
Tabela 19 - Estrutura do Capital (em% do seu valor) de acordo com a região e meio de residência. Cabo Verde, 2015	49
Tabela 20 - Qualidade e propriedade do capital (em % do seu valor). Cabo Verde, 2015.....	51
Tabela 21 - Idade média (em anos completos) do capital por tipo, região e do meio de residência. Cabo Verde, 2015	53
Tabela 22 - Modo de financiamento do capital (em% do valor do capital) por sector de actividade de acordo com o meio de residência. Cabo Verde, 2015	54
Tabela 23 - A importância do investimento realizado segundo diferentes indicadores. Cabo Verde, 2015.....	55

Tabela 24 - Estrutura do investimento efectuado (em% do seu valor) por domínio, meio de residência e setor, segundo tipo de investimento. Cabo Verde, 2015	56
Tabela 25 - Alguns indicadores relativo à Importância (em % e em montante) do empréstimo e sua utilização (%) nos últimos 12 meses. Cabo Verde, 2015	57
Tabela 26 - Evolução da estrutura (%) e volume de negócio da produção e do valor acrescentado anual, por sector, ramo de actividade e meio de residência. Cabo Verde, 2009 e 2015	60
<i>Tabela 27 - Estrutura do volume de negócios, da produção e do valor acrescentado mensal por ramo de actividade e meio de residência. Cabo Verde, 2015.....</i>	<i>62</i>
Tabela 28 - Estrutura dos custos mensais da produção por sector, ramo de actividade e meio de residência, Cabo Verde, 2015	64
Tabela 29 - Estrutura da produção e dos custos mensais por ramo de actividade e meio de residência, Cabo Verde, 2015	66
Tabela 30 - Alguns indicadores médios do nível de actividade das UPIs por ramo de actividades e meio de residência (valor médio mensal por UPI em ECV). Cabo Verde, 2015.....	69
Tabela 31 - Indicadores de desempenhos (em ECV mensal) das UPIs consoante o tipo de emprego meio de residência. Cabo Verde, 2015	71
Tabela 32 - Produtividade aparente e lucro das UPIs (valor médio mensal por UPI em ECV) por ramo de actividades e meio de residência. Cabo Verde, 2015	72
Tabela 33 - Razões do não registo das unidades de produção informais (em % das UPIs). Cabo Verde, 2015	77
Tabela 34 - Situação das UIPs em relação ao imposto e o registo (em % das UPIs). Cabo Verde, 2015	78
Tabela 35 - Disposição das UPIs para registar a actividade e pagar impostos (em % da UPI). Cabo Verde, 2015	78
Tabela 36 - Principais dificuldades enfrentadas consoante o sector de actividade e o meio de residência (em% UPI). Cabo Verde, 2015	80
Tabela 37 - Ajudas desejadas pelos chefes de unidades de produção informais por sector de actividade e por meio (%). Cabo Verde, 2015	81
Tabela 38 - Principal uso de um possível crédito pelas unidades de produção informais por sector de actividade e meio (em % das UPIs). Cabo Verde, 2015	82
Tabela 39 - Perspectivas de futuro de acordo com os chefes das UPI (em % das UPI). Cabo Verde, 2015.....	83

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da distribuição das UPI por razão de não possuir um local. Cabo Verde, 2009 e 2015	28
Gráfico 2 - Pirâmide de idade por meio de residência: distribuição (%) das UPIs de acordo a sua antiguidade por meio. Cabo Verde, 2015.....	29
Gráfico 3 - Distribuição (%) das UPIs segundo a data de criação, por sector de actividade. Cabo Verde, 2015.....	30
Gráfico 4 - Distribuição (%) das UPIs segundo a data de criação e o tipo de local. Cabo Verde, 2015	30
Gráfico 5 - Tamanho médio (nº de pessoas) das UPI. Cabo Verde, 2009 e 2015.....	33
Gráfico 6 - Distribuição (em %) dos activos ocupados no sector informal por sexo de acordo com o estatuto e o sector de actividade. Cabo Verde, 2015	36
Gráfico 7 - Evolução da distribuição (%) dos jovens menores de 25 anos consoante o estatuto, Cabo Verde, 2009 e 2015	42
Gráfico 8 - Evolução da Idade média, número de anos de estudo e antiguidade dos activos ocupados no sector informal por estatuto, sector de actividade e meio de residência, Cabo Verde, 2009 e 2015	43
Gráfico 9 - Rendimento médio e mediano (em ECV) dos activos ocupados no sector informal por meio de residência. Cabo Verde, 2009 e 2015	44
Gráfico 10 - Evolução da estrutura do Capital (em% do seu valor). Cabo Verde, 2009 e 2015	50
Gráfico 11 - Evolução da qualidade do capital (em % do seu valor). Cabo Verde, 2009 e 2015	51
Gráfico 12 - Evolução propriedade do capital (em % do seu valor). Cabo Verde, 2009 e 2015	51
Gráfico 13 - Evolução da idade média (em anos completos) do capital. Cabo Verde, 2009 e 2015	52
Gráfico 14 - Evolução da idade média (em anos completos) do capital. Cabo Verde, 2009 e 2015	53
Gráfico 15 - Evolução da taxa do valor acrescentado (%). Cabo Verde, 2009 e 2015.....	65
Gráfico 16 - Evolução da repartição do valor acrescentado (%). Cabo Verde, 2009 e 2015.....	67
Gráfico 17 - Evolução de alguns indicadores médios (em ECV) do nível de actividade das UPIs, Cabo Verde, 2009 e 2015	68
Gráfico 18 - Distribuição (%) das UPIs de acordo com o montante do valor acrescentado mensal por meio de residência. Cabo Verde, 2015.....	70

SIGLAS E ABREVIATURAS

DH – Direitos Humanos

FEM – Feminino

GPS – Governança, Paz e Segurança

IMC – Inquérito Multiobjectivo Contínuo

INE – Instituto Nacional de Estatística

MASC – Masculino

NS/NR – Não Sabe/Não Responde

ODS – Objectivos do Desenvolvimento Sustentável

PDA – Personal Digital Assistant

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

P.P. – Pontos Percentuais

SHASA – Strategy for the Harmonization of Statistics in Africa (Estratégia de Harmonização das Estatísticas em África)

SHASA – GPS Estratégia de Harmonização das Estatísticas em África - Governança, Paz e Segurança

SÍNTESE

O inquérito no sector informal em 2015 é o segundo do género realizado em Cabo Verde pelo Instituto Nacional de Estatística, tendo o primeiro sido primeiro realizado em 2009/2010. Para o efeito, foi utilizada a mesma metodologia. Isto permite um melhor seguimento da evolução dos indicadores. O inquérito inspirou-se largamente na metodologia dos Inquéritos 1-2-3, para os quais, as entrevistas relativas ao sector informal, são realizadas numa segunda fase, junto aos empreendedores de unidades de produção informais identificados durante um inquérito ao emprego, realizado na primeira fase.

De acordo com as recomendações internacionais, o sector informal é definido como um conjunto de unidades de produção de bens e/ou serviços não agrícolas geridas por indivíduos que, em sua actividade principal ou secundária, são patrões ou trabalhadores por conta própria. Adicionalmente, observa-se que estas unidades de produção são desprovidas de um número de identificação fiscal (NIF) e/ou de uma contabilidade organizada e completa.

1. CONDIÇÕES DE ACTIVIDADE DAS UPI

Em 2015 estima-se que havia em Cabo Verde cerca de 33 228 unidades de produção informal (UPI) que constitui o sector informal não agrícola. Deste total, constata-se que 85,4% são geridas por promotores como sendo o seu emprego principal. O sector informal aparece, assim, como a principal fonte de ocupação e, portanto, de renda para muitas pessoas.

O sector informal é constituído principalmente por unidades não registadas, sendo 9 em cada 10 UPI não têm nem número de contribuinte nem contabilidade formal. Estas UPI estão principalmente no segmento de economia invisível (desconhecida) da administração pública.

A Cidade da Praia concentra, sozinha, mais de um terço (34,8%) das UPI de todo o país. Observa-se ainda que, em 2015, a distribuição de UPI por sector de actividade é relativamente equilibrada (28,5% para o sector dos serviços, 34,9% para o comércio e 36,6% para a indústria). Contudo, em 2009, o comércio foi o sector privilegiado, representado 51,6% das UPI.

As condições de negócios no sector informal são caracterizadas, em grande parte, por ser realizadas em ambientes relativamente precários. Com efeito, observa-se que

22,1% das UPI têm um espaço destinado especificamente ao exercício de suas actividades, enquanto cerca de um terço dos patrões das UPI não dispõe de um espaço e não veem a necessidade de o possuir, tendo em conta o tipo de atividade exercida.

As UPI são relativamente jovens: a idade média das mesmas é de 10,5 anos e, pelo menos dois em cada cinco UPI surgiram nos últimos cinco anos.

2. MÃO-DE-OBRA E EMPREGO NO SECTOR INFORMAL

O tamanho médio das UPI é de 1,2 pessoas. Isto reflete o facto de o sector informal ser constituído essencialmente por UPI de tamanho pequeno. Em 2015, 87,2% das UPI eram unipessoais. Outrossim, a taxa de assalarição (medida como rácio do emprego assalariado no conjunto dos empregos) é de 7,9% representando cerca de 4 pontos percentuais inferior à taxa observada em 2009. Observa-se ainda que 6,2% das UPI empregam pelo menos um funcionário.

Os trabalhadores por conta própria (chefes de UPI sem empregados assalariados) representam mais de três quartos (76,9%) dos trabalhadores deste sector. A taxa de emprego vulnerável (medida como a percentagem de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados no total dos empregos) é de 82,7%. verifica-se ainda, que 2,3% dos trabalhadores empregados têm um contrato de trabalho escrito. Esta percentagem é inferior ao valor registado em 2009.

Mais de metade (56,2%) dos trabalhadores do setor tem o nível do ensino primário (EBI) e um terço têm o nível do ensino secundário. Os trabalhadores dependentes são, em média, mais instruídos do que os trabalhadores independentes. Em relação à aprendizagem do trabalho, observa-se que 86% dos trabalhadores privilegiam a aprendizagem prática no terreno

Mais de metade (58,8%) dos activos do sector informal são mulheres. Esta participação feminina tem aumentado desde 2009, onde esta percentagem já era de 52,5%. As mulheres representam 27,8% de assalariados e 47,3% de promotores que empregam assalariados. Elas investem mais no sector do comércio, onde elas representam três quartos dos trabalhadores do sector.

No que diz respeito aos jovens com menos de 25 anos, observa-se que eles representam 12,0% dos activos do sector informal, em 2015. Eles representam 4,7% entre os empregadores e 6,4% entre os trabalhadores por conta própria.

A idade média dos ativos ocupados do sector informal é de 40,4 anos e, era de 38,7 anos em 2009. O número médio de anos de escolarização desses ativos era de 6,1 anos, representando um aumento em relação a 2009, onde o valor era de 4,6 anos.

O rendimento médio mensal pago ao emprego no sector informal é de 30.600 ECV (32.700 no meio urbano e de 23.000 ECV no meio rural). Estes valores mostram que há diferença entre o salário auferido nos dois meios de residência, sendo que a renda mediana é de 17.500 ECV. Quanto à renda média por hora; uma hora trabalhada no sector informal é paga em média 231 ECV. Este valor é 38% superior ao que se registava em 2009.

A dinâmica de criação de empregos no sector informal mostra que, em 2015, do conjunto dos empregos criados neste sector, 40,9% são empregos recente (há de menos de 5 anos). Em resumo, observa-se que o sector informal se caracteriza por um dinamismo que se materializa na renovação e destruição de postos de trabalho. Os postos de trabalho duradouros são principalmente os dos trabalhadores independentes, dos quais 30% têm mais de 15 anos.

3. CAPITAL, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO NO SECTOR INFORMAL

Poucas UPIs não dispõem de um capital para o exercício de suas actividades. O montante médio do capital por UPI é de 386.039 ECV (182.242 ECV em meio rural e 440.620 ECV em meio urbano).

O capital das UPIs é constituído, por ordem de importância, de terrenos / instalações (72,9%), seguidos de máquinas (15,0%), veículos (8,0%), ferramentas (2,2%), mobiliário de escritório (1,1%) e outros (0,9%). Cerca de 42% do valor deste capital é constituído de bens adquiridos em segunda mão e, cerca de 35% é constituído por bens de produção das próprias UPIs.

O tempo médio de utilização dos equipamentos pelas UPI é de 4,2 anos. São, em 81,2% do seu valor, propriedade dos seus promotores e, 90,3% do seu valor é financiado por poupança, doação ou herança.

O investimento médio por UPI feito nos últimos doze meses anteriores ao inquérito é de 3 325.173 ECV, amplamente influenciado pelo investimento das UPIs sediadas na cidade de Praia (correspondendo a 6.845.500 ECV). Entre as UPIs que possuem um capital, 65,4% adquiriram bens de equipamento.

Uma parte importante (90,3%) do capital das UPIs é autofinanciado. No entanto, observa-se que, nos últimos doze meses anteriores ao inquérito, cerca de 4,5% das UPI recorreram ao empréstimo para financiar as suas actividades. O valor médio do empréstimo por UPI contraindo é de 337.786 ECV (sendo 139.236 ECV no meio rural e 346.215 ECV no meio urbano). Este empréstimo é usado principalmente na compra de matérias-primas (72,8%).

4. DESEMPENHO ECONÓMICO DO SECTOR INFORMAL

Em 2015, a distribuição das UPIs por sector de actividade é relativamente equilibrada (sector dos serviços: 28,5%, sector do comércio 34,9% e sector da indústria: 36,6%). Contudo, a distribuição das UPIs segundo o meio de residência é mais assimétrica, sendo que 8 em 10 UPIs estão instalados no meio urbano.

Mais da metade (53,3%) do volume de negócio anual do sector informal são realizadas pelas UPIs do sector comercial, em particular as que corresponde a pequenas empresas. Em relação à produção anual, verifica-se que a indústria tem uma contribuição a volta de 17%, os serviços contribuem com cerca de 24%, enquanto o comércio, contribui com cerca de 59% para a formação do volume de negócio. Em relação ao valor acrescentado (VA), que contribui com cerca de 73% para no sector informal, observa-se que o comércio predomina fortemente nos sectores dos serviços (17,7%) e nos da indústria (9,8%). Outrossim, verifica-se ainda que, em 2015, o valor acrescentado (VA) no meio urbano contribui com cerca de 71% do sector informal, correspondendo a uma diferença de 10 pontos percentuais em relação à contribuição no ano 2009.

Numa base mensal, observa-se que o montante global do volume de negócio do sector informal não agrícola é estimado em 2.376 milhões de ECV, a produção é estimada em 1.491 milhões de ECV e o valor acrescentado em 1.215 milhões de ECV. A estrutura destes agregados mensais é relativamente semelhante à da base anual.

Quanto aos custos, verifica-se que o sector informal aloca mensalmente 275,6 milhões de ECV aos consumos intermédios, 85,3 milhões de ECV à massa salarial, e 19,7 milhões de impostos e juros.

O excedente bruto de exploração (EBE) é o que resta depois de deduzir as despesas operacionais. Ele remunera o trabalho e o capital investido na UPI. O EBE médio gerado por mês pelo sector não agrícola foi de 1.110,4 milhões de ECV. A taxa de valor acrescentado calculada, introduzindo o valor acrescentado na produção, permite medir

o desempenho das UPIs em matéria de criação de riqueza. Esta taxa é de 0,82 e aumentou significativamente em 11 pontos percentuais em relação a 2009.

O volume de negócio mensal médio por UPI é de 71.504 ECV, traduzindo em uma queda de cerca de 12.000 ECV em relação a 2009. A produção mensal média por UPI é de 44.869 ECV, que também regista uma redução em relação a 2009. O valor acrescentado (VA) mensal médio é, no entanto, de 36.575 ECV, relativamente estável em comparação com 2009. O montante médio mensal do EBE por UPI é de 33.416 ECV, igualmente estável em relação a 2009.

O desempenho das UPIs por tipo de emprego mostra que as UPIs ditas “salaridas” (compostas pelo promotor e empregados assalariados) são os mais bem-sucedidos. Elas têm, em média, uma produção inferior às UPIs ditas “mistas” (compostas do promotor, funcionários assalariados e não assalariados). No entanto, o VA e os lucros que geram são, em média, nitidamente mais elevados.

A produtividade aparente é a medição da riqueza criada por unidade de fator de produção. A produtividade aparente per capita (riqueza criada por empregado) do sector informal é de 28.932 ECV em 2015. Ele melhorou-se em valor corrente de mais de 5.000 ECV em relação a 2009. A produtividade horária aparente (riqueza criada por hora de trabalho) é 236,5 ECV, correspondendo a um aumento de 19% em relação a 2009. A produtividade aparente do capital (riqueza criada por unidade monetária de capital) é de 25,8 ECV, significando forte aumento em relação a 2009, onde o valor era apenas de 10,5 ECV.

5. O SECTOR INFORMAL E O ESTADO

As autoridades públicas incentivam a integração das UPIs nos circuitos formais tornando obrigatório o registo de qualquer unidade de produção. Por exemplo, para facilitar a registo dessas unidades, criou-se a estrutura da “Casa de Cidadão” para permitir aos promotores de criar suas empresas em tempo recorde (“criação de empresas no dia”). Outros instrumentos apropriados e adaptados foram recentemente introduzidos na legislação fiscal Cabo-verdiana.

Contudo, as UPIs são ainda maioritariamente desconhecidas da administração. São mais conhecidas pela Câmara Municipal, onde apenas 15,7% são declaradas nesta instituição. No entanto, 12,8% das UPIs declararam ter pago imposto. Ao contrário do que se pode pensar, é, acima de tudo, a ignorância das obrigações legais que conduz os promotores das UPIs a não declarar as suas actividades. Na verdade, para a maioria

dos tipos de registos considerados, mais de metade dos promotores das UPIs não conhecem a regulamentação: ou seja, eles consideram que o registo não é obrigatório, ou eles não sabem que devem fazê-lo.

As iniciativas tomadas pelas autoridades visando inserir as UPIs nos circuitos formais não têm surtido efeito favorável junto dos promotores das UPIs, considerando que mais da metade deles não estão dispostos a registar as suas atividades e, entre os que não pagam impostos, apenas 15,8% estaria disposto a fazê-lo.

6. PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DO SECTOR INFORMAL E PERSPECTIVAS

As dificuldades operacionais das UPIs são principalmente devido à falta de oportunidades / falta de clientes (49,4%), a concorrência excessiva (38,5%), a falta de espaço / locais adaptados (27,7%) e a falta de máquinas e equipamentos (25,7%). Em resumo, observa-se que 7 em cada 10 dos promotores das UPIs declaram ter encontrado pelo menos uma dificuldade no exercício das suas actividades.

Por exemplo, para lidar com as dificuldades, dois terços dos promotores de UPIs gostariam de ter acesso às grandes encomendas. O acesso ao crédito vem em segunda posição e o acesso às máquinas modernas em terceiro.

A análise de dados ao sector informal mostra que, se os promotores das UPI pudessem obter um crédito para as suas actividades, um terço dos fundos obtidos seria direccionado para o aumento dos stocks de matérias-primas, 17,1% utilizariam esses fundos para melhorar o local / localização e, 13,1% utilizariam esses fundos para melhorar as maquinarias / mobiliário / ferramenta.

Quanto ao futuro das unidades informais, verifica-se que 6 em 10 promotores UPI estão optimistas sobre o futuro das mesmas, ao ponto de um quarto deles declararem que querem que os seus filhos continuem com as actividades.

Tabela Síntese dos indicadores do sector informal 2015

Indicadores	Meio		Sector de actividade			total
	Urbano	Rural	Industria	Comércio	Serviços	
<i>Distribuição das UPI por sector</i>						
% Industria	36,0	39,2	36,6			36,6
% Comércio	32,0	46,1		34,9		34,9
% Serviços	32,0	14,7			28,5	28,5
<i>Condições de trabalho</i>						
% UPI com local	22,3	21,4	12,0	28,9	26,8	22,1
% UPI com local ligado à rede de água	32,3	30,7	35,4	26,5	37,3	32,0
% UPI com local ligado à rede de electricidade	69,3	57,3	77,3	51,7	81,0	66,9
% UPI com local ligado à rede de telefone	9,2	5,7	2,1	3,7	18,6	8,5
<i>Organização do trabalho</i>						
Taxa de assalariamento (em %)	8,0	7,1	7,0	2,1	10,3	6,2
Tamanho médio das UPI	1,2	1,3	1,2	1,1	1,3	1,2
<i>Tipo de emprego (em % das UPI)</i>						
Auto-emprego	87,4	82,9	86,7	89,7	82,2	86,5
Não salarial (promotor + não assalariado (s))	5,9	10,1	5,9	7,6	6,9	6,8
Salarial (promotor + assalariado (s))	5,4	6,1	6,5	2,0	8,7	5,5
Mista (promotor + assalariado (s) + não assalariado (s))	0,6	1,0	0,5	0,1	1,6	0,7
<i>Características demográficas dos trabalhadores informais</i>						
% de mulheres	58,5	59,8	53,4	76,4	46,4	58,8
% Dos jovens de menos de 25 anos	10,5	17,2	11,3	9,4	15,4	12,0
Nível médio de escolarização (em ano)	6,2	5,9	5,8	5,6	7,0	6,1
Antiguidade média no emprego (em ano)	9,4	10,0	9,8	10,7	8,1	9,5
<i>Rendimento e horário de trabalho</i>						
Rendimento mensal médio por trabalhador (em ECV)	32 700	23 000	33 300	26 705	31 466	30 577
Rendimento mensal mediano (em contos)	17 500	10 000	18 520	11 040	14 040	14 200
Horário semanal médio (em hora)	37,7	41,8	31,1	44,1	41,7	38,6
Rendimento médio por hora (em ECV)	248	172	293	176	216	231
<i>Capital</i>						
% UPI sem capital	7,3	3,9	3,9	9,3	6,7	6,6
Montante médio do capital por UPI (em ECV)	440 620	182 242	673 994	127 370	311 603	386 039
<i>Investimento</i>						
% De UPI com capital tendo investido ao longo dos últimos 12 meses	67,4	58,1	70,1	66,6	57,9	65,4
Montante médio do investimento por UPI tendo investido (em ECV)	4 061 279	147 976	769 803	2 161 099	8 984 456	3 325 173
<i>Empréstimo</i>						
% UPI com empréstimo (nos últimos 12 meses)	4,9	4,4	1,7	10,9	1,4	4,8
Montante médio do empréstimo por UPI	383 270	139 236	176 270	346 215	517 189	337 786

Módulo Sector Informal

(em ECV)						
<i>Peso económico</i>						
Volume de negócio mensal médio por UPI (ECV)	71 646	70 952	47 738	104 752	61 324	71 504
Produção mensal média por UPI (ECV)	46 550	38 509	46 378	35 722	54 138	44 869
VA mensal médio por UPI (ECV)	38 314	29 036	41 651	27 570	41 083	36 575
<i>Desempenho económico</i>						
Produtividade aparente do trabalho (em ECV)	30 822	21 563	30 945	27 380	28 245	28 932
Produtividade horária do trabalho (em ECV)	250,1	185,2	294,6	179,5	230,2	236,5
Produtividade aparente do capital (em ECV)	27,5	19,9	16,1	28,7	35,8	25,8
<i>Perspectivas de integração nos circuitos oficiais</i>						
% UPI disposta para se registar	19,3	32,6	14,8	25,0	27,7	22,0
% UPI disposta a pagar um imposto sobre a actividade	15,5	16,9	12,8	14,8	20,7	15,8
<i>Perspectivas de acordo com o chefe da UPI</i>						
% UPI com futuro da opinião do chefe	56,0	61,7	53,4	54,7	65,0	57,2
% Dos chefes de UPI desejosos de ver os filhos continuar a actividade	25,8	29,3	23,0	26,5	31,1	26,5

INTRODUÇÃO

1. CONTEXTO E OBJECTIVOS

No âmbito das suas responsabilidades e, a fim de satisfazer as várias necessidades em informações sobre economia cabo-verdiana, e mais particularmente o sector informal, o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (CV-INE) realizou em 2009 / 2010, o primeiro inquérito nacional sobre o emprego e o sector informal. Esta operação forneceu informações importantes às contas nacionais, que aprimorou a estimação dos pilares da contabilidade nacional, particularmente que agregam a parte mal conhecida da economia.

Desde 2011, o inquérito sobre o emprego é realizado anualmente pelo INE, de modo permanente, mediante um sistema integrado de inquéritos modulares, junto aos agregados familiares, denominado “Inquérito Multi-objectivo Contínuo (IMC)”. O módulo emprego representa o módulo de base (central) e fornece indicadores para analisar a evolução do mercado de trabalho ao longo do tempo. Isto permite, entre outros, a redução de custos de recolha de dados através da adopção de uma organização permanente no terreno, ao invés da realização de inquéritos *ad hoc* independentes.

Cinco anos após a realização do primeiro inquérito no sector informal, era necessário, como é recomendado pelas instituições internacionais (OIT, CEA, AFRISTAT), de actualizar as informações disponíveis. Para responder as demandas em informações, foi introduzido no 1º IMC do ano de 2015 um módulo sobre o sector informal.

O inquérito ao sector informal baseou-se nas metodologias dos inquéritos do tipo 1-2-3, tendo realizado as duas primeiras fases: a primeira sobre o emprego (1º fase) e a segunda sobre o sector informal (2ª fase). A primeira fase permitiu identificar das unidades de produção informais, objetos da 2ª fase.

O objectivo principal do inquérito sobre o sector informal é de fornecer informações que permitirão calcular indicadores pertinentes para o seguimento das políticas públicas de emprego e levar em conta o sector informal na contabilidade nacional. Este inquérito permite, ainda reforçar as capacidades nacionais em matéria de concepção, de recolha e análise de dados sobre o emprego e o sector informal.

De maneira específica o inquérito visa os seguintes objectivos:

- Produzir os principais componentes do sector informal, a fim de medir a contribuição deste sector na economia nacional;
- Analisar os determinantes da procura de emprego no sector informal e identificar os ramos de atividade promissores em termos de criação de emprego e de rentabilidade;
- Analisar os constrangimentos que impedem uma boa evolução do sector informal e as oportunidades que surgem para este sector.

2. SÍNTESE METODOLÓGICA

O inquérito sobre o sector informal tem como referência as metodologias dos inquéritos 1-2-3, em que entrevistas são realizadas numa segunda fase, junto aos promotores das unidades de produção informais, devidamente identificadas na primeira fase - inquérito ao emprego.

De acordo com as recomendações internacionais, o sector informal é o conjunto de unidades de produção de bens e / ou serviços não agrícolas geridos por pessoas que, no seu emprego principal ou secundário, são patrões ou trabalhadores por conta própria. Estas unidades de produção são desprovidas de um número de identificação fiscal (NIF) e / ou não têm uma contabilidade organizada e completa apresentada ao fisco. Esta definição já tinha sido aplicada aquando do inquérito realizado em Cabo Verde, em 2009/2010, o que favoriza a análise das tendências.

A amostra de unidades informais é uma sub-amostra do inquérito ao emprego, cujo tamanho é de 9.918 alojamentos / agregados, escolhido por amostragem areolar estratificada em duas etapas, como vem sendo feito no IMC, desde 2011. Ao nível de amostra identificou-se 1.155 unidades de produção informais, sendo que 909 tinham informações suficientes para ser explorado. No entanto, a não resposta foi tomada em conta.

As entrevistas foram realizadas, tanto para o módulo de emprego como para o módulo sobre o sector informal utilizando a aplicação CAPI no PDA. Isso permitiu garantir o apareamento perfeito dos dados sobre o emprego e os das unidades informais e, evitar possíveis perdas, por exemplo devido a erros de identificação.

A recolha de dados decorreu de junho a agosto de 2015 em todo o país. A exploração dos dados e a tabulação dos resultados fizeram-se na sede do INE, na Praia, em outubro, e este relatório foi elaborado em novembro de 2015.

Este relatório está estruturado em seis capítulos. O primeiro descreve as condições de actividade das UPIs. O segundo aborda as características dos empregos no sector informal. O terceiro avalia o capital e o investimento das unidades informais, assim como o seu modo de financiamento. O quarto avalia os diferentes componentes, nomeadamente a produção, o valor acrescentado, o excedente bruto de exploração e analisa ainda a inserção dos actores do sector informal no sistema produtivo nacional. O quinto capítulo examina as relações que o sector informal tem com o Estado. Por fim, o sexto apresenta os problemas e as perspectivas dos promotores em relação à UPI. Dados de 2009 são utilizados ao longo deste relatório para analisar a tendência dos indicadores (2009 a 2015).

CONDIÇÕES DE ACTIVIDADE DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO INFORMAIS

Este capítulo apresenta, por um lado, uma descrição das unidades de produção em termos de actividades e de condições de funcionamento e, por outro lado, fornece informações sobre o ritmo de criação e da duração vida das unidades de produção.

1. CARACTERÍSTICAS UPI

1.1. TIPO DE EMPREGO DO PROMOTOR DA UPI E CRITÉRIO E INFORMALIDADE

O número de unidades de produção informal (UPI) que constitui o sector informal não agrícola, em Cabo Verde, é estimado, em 2015, a 33.228 UPIs. Este número leva em conta as unidades identificadas e não entrevistadas por várias razões, principalmente por recusa dos promotores ou a ausência dos mesmos durante o período de recolha, o que não foi possível, durante o inquérito de 2009. Daí a dificuldade de avaliar a sua evolução com precisão.

A primeira observação que se faz é que as unidades de produção informais identificadas, 85,4% são geridas por promotores no âmbito de seu emprego principal (Tabela 1), com uma diferença de cerca de 5 pontos percentuais em relação a 2009 (90,0%). Ao nível dos sectores de actividades, observa-se uma ligeira predominância do comércio (88,2%). O sector informal aparece, assim, como uma fonte principal de ocupação e, portanto, de renda para muitas pessoas.

Este panorama nacional é ligeiramente influenciado pelo do meio urbano. No meio rural, regista-se menor proporção de UPI (80,2%) gerido por pessoas ao título do seu emprego principal. Esta situação é particularmente observada nos sectores, de comércio, com mais de 10 pontos percentuais de diferença entre os dois meios (91,2% no meio urbano contra 80,2% no meio rural).

Tabela 1 - Distribuição das UPI de acordo com o tipo de emprego do promotor por sector de actividade segundo meio de residência. Cabo Verde, 2015

	Emprego principal		Emprego secundário		total	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Urbano	22 955	86,8	3 489	13,2	26 445	100,0
Indústria	7 822	82,3	1 686	17,7	9 508	100,0
Comercio	7 725	91,2	744	8,8	8 469	100,0
Serviços	7 408	87,5	1 060	12,5	8 468	100,0
Rural	5 437	80,2	1 346	19,8	6 783	100,0
Indústria	2 110	79,3	551	20,7	2 662	100,0
Comercio	2 507	80,2	620	19,8	3 127	100,0
Serviços	820	82,4	175	17,6	994	100,0
Cabo Verde	28 392	85,4	4 836	14,6	33 228	100,0
Indústria	9 932	81,6	2 237	18,4	12 170	100,0
Comercio	10 232	88,2	1 364	11,8	11 596	100,0
Serviços	8 228	87,0	1 234	13,0	9 462	100,0

Fonte: IMC 2015, modulo sector informal

O sector informal é constituído principalmente por unidades não registadas, ou seja, 9 em cada 10 UPIs não têm um número de contribuinte (NIF) nem contabilidade formal. Fala-se principalmente do segmento de economia desconhecido de administração. Nota-se que, o facto de não ter uma contabilidade formal não constitui um critério determinante de pertença ao sector informal, uma vez que apenas uma em dez UPIs (10,4%) com NIF não tem contabilidade, e que não há UPI com contabilidade formal sem NIF.

Tabela 2 - Distribuição das UPI de acordo com o registo e a elaboração de uma contabilidade por meio e por sector de actividade. Cabo Verde, 2015.

	Contabilidade e Sem NIF		NIF e sem Contabilidade		Sem NIF e sem Contabilidade		total	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Urbano	0	0,0	2 542	9,6	23 903	90,4	26 445	100,0
Indústria	0	0,0	670	7,1	8 837	92,9	9 508	100,0
Comercio	0	0,0	867	10,2	7 602	89,8	8 469	100,0
Serviços	0	0,0	1 004	11,9	7 464	88,1	8 468	100,0
Rural	0	0,0	905	13,3	5 878	86,7	6 783	100,0
Indústria	0	0,0	74	2,8	2 587	97,2	2 662	100,0
Comercio	0	0,0	622	19,9	2 506	80,1	3 127	100,0
Serviços	0	0,0	209	21,0	785	79,0	994	100,0
Cabo Verde	0	0,0	3 447	10,4	29 781	89,6	33 228	100,0
Indústria	0	0,0	745	6,1	11 425	93,9	12 170	100,0
Comercio	0	0,0	1 489	12,8	10 107	87,2	11 596	100,0
Serviços	0	0,0	1 213	12,8	8 249	87,2	9 462	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, modulo sector informal

A distribuição das UPIs segundo os critérios de informalidade considerados segue a tendência de 2009, mas ainda não permite ver os efeitos do sistema integrado, implementado pela Direcção-Geral dos Impostos em colaboração com outras instituições, a fim de simplificar os procedimentos e de diminuir os prazos do registo das empresas.

Estas medidas, combinadas com a nova legislação aprovada em 2014, que autorize a simplificação dos requisitos de contabilidade para as pequenas unidades (REMPE) contribuirão, seguramente, na redução da informalidade. De facto, a Lei das Finanças aprovada em dezembro 2014 estabelece dois regimes fiscais: (i) um regime especial unificado para as micro e pequenas empresas e (ii) um regime normal para as outras empresas. As empresas do regime especial são isentas duma contabilidade completa. Com efeito, a lei exige que elas simplesmente tenham apenas um registo de vendas diárias.

1.2. ESTRUTURA DAS UPIS POR DOMÍNIO E POR SECTOR DE ACTIVIDADE

A distribuição das UPI por domínio faz sobressair o peso do Concelho da Praia (34,8%) em comparação aos outros domínios, seguido de São Vicente (25,6%) e de outros Santiago (21,6%). O Comércio é o sector mais representado na Ilha de Santiago (Praia e outros Santiago) contrapondo a outros domínios, onde a indústria e os serviços predominam.

Tabela 3 - Estrutura das UPIS por sector de actividade de acordo com o domínio. Cabo Verde, 2015

Sector de actividade	Domínios							
	Santo Antão		São Vicente		São Nicolau		Sal + Boa Vista	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Indústria	540	30,8	3 889	45,7	264	47,5	482	31,3
Comercio	535	30,5	1 806	21,2	65	11,7	200	13,0
Serviços	678	38,7	2 813	33,1	227	40,8	857	55,7
Total	1 753	100,0	8 507	100,0	557	100,0	1 538	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, modulo sector informal

Tabela 4 - Estrutura das UPIs por sector de actividade de acordo com o domínio. Cabo Verde, 2015 (continuação)

Sector de actividade	Domínios							
	Maio		Praia		Outros Santiago		Fogo + Brava	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Indústria	150	33,3	3 410	29,5	2 478	34,5	956	57,2
Comércio	170	37,9	4 808	41,5	3 513	48,9	500	29,9
Serviços	130	28,8	3 354	29,0	1 188	16,6	215	12,9
Total	450	100,0	11 572	100,0	7 179	100,0	1 671	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, modulo sector informal

No computo geral, observa-se que, em 2015, e independentemente do meio de residência, a indústria é o sector de actividade preferido dos promotores das UPIs (36,6%), contrário a 2009, em que o comércio foi o sector que mais UPIs tinha (51,6%). As UPIs do meio rural exercem principalmente actividades comerciais (46,1%), particularmente o comércio a retalho de produtos alimentícios (27,6%). As actividades industriais também são importantes. No meio urbano, as UPIs estão mais ligadas ao sector da indústria (36,0%), e cerca de 32% pertence a outros ramos de actividade, distribuídos de forma equilibrada entre o comércio e os serviços).

A análise da distribuição das UPIs por ramo de actividade mostra uma certa predominância do ramo “agro-alimentar” no sector industrial, representando mais da metade (51,4%) das actividades do sector. Trata-se sobretudo da transformação dos produtos agrícolas no âmbito da conservação. No meio urbano, o perfil deste sector é próximo do perfil nacional, enquanto para as zonas rurais, observa-se uma proporção significativa (14,4%) do sector da indústria extractiva (extração de areia, cascalho, pedras, etc.), os produtos necessários para a actividade de construção.

Em relação ao sector do comércio, regista-se que o comércio a retalho (de produtos alimentares e outros) representa 99,1% das actividades deste sector, com uma predominância do comércio a retalho de produtos não alimentares (60,5% do setor e 21,1% do total das UPIs). Em relação ao meio urbano, verifica-se que o perfil é próximo do perfil nacional. A situação é contrária no meio rural, onde há uma predominância do comércio a retalho de produtos alimentares (27,6%), cujo objectivo é essencialmente para a satisfação das necessidades dos agregados, em termos de consumo.

Para o sector dos serviços, constata-se que os “outros serviços” (diferentes dos de transporte, restauração e reparação) dominam as actividades do sector (60,7%, sendo equivalente a 17,3% do total). Trata-se, por exemplo dos serviços fornecidos às

empresas, dos correios e telecomunicações. O perfil nacional é claramente influenciado pelo perfil do meio urbano.

Tabela 5 - Estrutura das UPIs por ramo de actividade segundo o meio de residência. Cabo Verde, 2015

Ramo de actividade	Meio de residência				Cabo Verde	
	Urbano		Rural		Efectivo	%
	Efectivo	%	Efectivo	%		
Indústria	9 508	36,0	2 662	39,2	12 170	36,6
Extração	376	1,4	704	10,4	1 080	3,3
Agro-alimentar	5 265	19,9	978	14,4	6 243	18,8
Confeção	2 319	8,8	492	7,2	2 811	8,5
Construção	1 530	5,8	488	7,2	2 017	6,1
Comércio	8 469	32,0	3 127	46,1	11 596	34,9
Comércio a grosso	84	0,3	-	-	84	0,3
Com. a retalho produtos alimentares	2 612	9,9	1 875	27,6	4 486	13,5
Outros com. a retalho	5 773	21,8	1 253	18,5	7 026	21,1
Serviços	8 468	32,0	994	14,7	9 462	28,5
Transporte	691	2,6	363	5,3	1 054	3,2
Hospedagem /Restauração	1 316	5,0	51	0,7	1 367	4,1
Reparação	1 267	4,8	54	0,8	1 321	4,0
Outros serviços	5 211	19,7	527	7,8	5 738	17,3
Total	26 445	100,0	6 783	100,0	33 228	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

Comparativamente a 2009, verifica-se uma mudança significativa na estrutura das UPIs por sectores e ramos de actividades. Com efeito, há algum reequilíbrio entre os sectores, em 2015, enquanto, em 2009, o sector do comércio (51,6%) predominava sobre as outras duas.

1.3. CONDIÇÕES DE ACTIVIDADE

As condições de actividade no sector informal não agrícola caracterizam-se, em grande parte, por uma relativa precariedade, na medida em que apenas 22,1% das UPIs têm um local específico para o exercício de suas actividades (oficinas, lojas, escritórios, armazéns, balcões fixos) (Ver tabela 7). Com efeito, maior parte das UPIs (46,0%) não dispõe de um local fixo para exercer às suas actividades, 22,0% exercem as suas actividades em domicílio sem a instalação adequada. Contudo, observa-se que 8,8% têm um local próprio para exercer as suas actividades no domicílio.

A distribuição das UPIs por tipo de local mostra que, em 2015, cerca de 22% das UPIs não têm instalação no domicílio para realização das suas actividades contra 12,4% verificada em 2009. Outrossim, observa-se ainda que ,8,8% em 2015 contra 15,3 em

2009 dispunham de uma instalação a domicílio para realizar as suas actividades informais, deixando claro a degradação das condições de exercício das actividades.

As maiores proporções de UPIs sem espaço para o exercício de suas actividades se verificam nos sectores do comércio e da indústria (56,1% e 42,3%, respectivamente), sendo que uma parte significativa são actividades desenvolvidas de forma ambulante e/ou em postos fixos ou improvisados na via pública. O sector da indústria é o com menor percentagem de UPIs (12,0%) com local fixo.

Tabela 6 - Tipo de local consoante o ramo de actividade e o meio de residência. Cabo Verde, 2015

	Sem local		Domicílio sem instalação		Local no domicílio		com local		ND		Total	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Ramo de actividade												
Indústria	5 150	42,3	4 762	39,1	753	6,2	1 464	12,0	41	0,3	12 170	100,0
Comércio	6 505	56,1	718	6,2	949	8,2	3 357	28,9	68	0,6	11 596	100,0
Serviços	3 626	38,3	1 841	19,5	1 227	13,0	2 532	26,8	236	2,5	9 462	100,0
Meio de Residência												
Urbano	11 704	44,3	6 414	24,3	2 082	7,9	5 900	22,3	345	1,3	26 445	100,0
Rural	3 576	52,7	907	13,4	847	12,5	1 453	21,4	0	0,0	6 783	100,0
Total	15 280	46,0	7 321	22,0	2 929	8,8	7 353	22,1	345	1,0	33 228	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

No sector dos serviços, observa-se que, apesar do peso de transporte neste setor (que representa 3,2%: ver tabela 5), constata-se a menor percentagens de UPIs (38,3%) a desenvolverem as suas actividades sem local fixo, em relação aos outros dois sectores. Isso poderia ser, em grande parte, devido aos trabalhadores de construção civil que trabalham em regime de prestação de serviços junta às famílias, na construção e na reparação de suas casas.

No meio rural, onde a actividade comercial predomina, especialmente o comércio a retalho de produtos alimentícios, com 27,6% comparativamente a 9,9% observado no meio urbano, a falta de espaços para o exercício das actividades é mais generalizada, abrangendo 52,7%, com uma diferença de cerca de 8 pontos percentuais, em detrimento do meio oposto (44,3%).

As Unidades que exercem as suas actividades na rua (parte das sem local fixo), especialmente as ambulantes (algumas do sub-ramo “comércio a retalho”, outras de serviços de restauração ou outros), raramente têm um local profissional; seus

funcionários e seus clientes são, muitas vezes, expostos a vários riscos, por exemplo, ao mau tempo, higiene e insalubridade, acidentes, assaltos.

Opostamente, as que exercem as suas actividades no domicílio dos proprietários têm o privilégio de executar as suas tarefas nas melhores condições, tais como: custos de deslocação minimizados e menores riscos associados à insegurança. Outrossim, estariam expostos a menor risco da falta de recursos financeiros necessários para a compra ou aluguer de um espaço. Contudo, enfrentariam os constrangimentos ligados à dificuldade em saber separar e distinguir claramente as contas domésticas das contas ligada à unidade de produção, uma vez que, em princípio, uma parte do equipamento do agregado é utilizada na produção de bens e serviços pela UPI.

Exercer uma actividade em casa não é sinónimo de posse de instalação própria às UPIs. Por exemplo, nos sectores da indústria e dos serviços, 45,3% e 32,5% das UPIs, respetivamente, exercem uma actividade em casa. Contudo, poucas têm um espaço reservado às suas atividades (6,2 % e 13% respetivamente). Globalmente, observa-se que menos de um terço (30,8%) das UPIs tem um verdadeiro espaço onde exercer as suas actividades.

A análise das razões pelas quais as UPIs não provêm de um espaço para o exercício das suas actividades revela que, cerca de um terço (32,8%) dos promotores de UPIs que não têm um espaço, não vê a necessidade de o possuir, tendo em conta o tipo de actividade exercida.

Outrossim, verifica-se que a ausência de um local específico de trabalho é uma escolha deliberada que permite 27% das UPI exercerem as suas actividades com maior facilidade. A mesma percentagem de promotores de UPIs não instaladas evocam a falta de recursos apropriados para suportar os custos, como principal razão de exercício das suas actividades foram de um espaço apropriado. Observa-se ainda que cerca de 1 em cada 10 (9,1%) dos promotores de UPIs alegam que o facto de não encontrarem um espaço disponível para o exercício das suas actividades. O problema de acesso aos estabelecimentos comerciais para levar a cabo as actividades informais é predominantemente ressentido pelos promotores que exercem as actividades no meio urbano, comparativamente ao meio rural: 32% contra 7,9%.

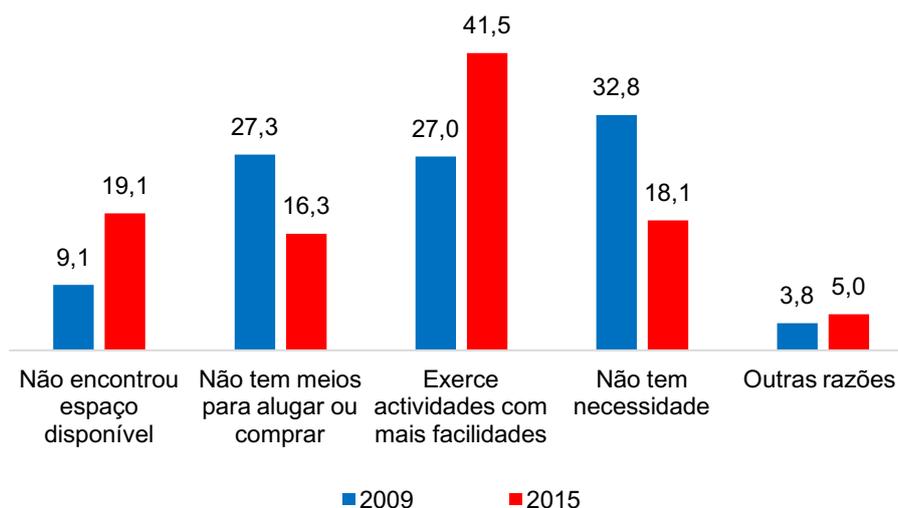
O perfil de 2015 é diferente do de 2009, onde mais de 4 chefes de UPI em cada 10 deram como motivo o facto de exercer a sua actividade com mais facilidade (41,5%: ver gráfico 1).

Tabela 7 - Distribuição (em %) das UPIs de acordo com as principais razões para não dispuserem de um espaço, por ramo de actividade e por meio de residência. Cabo Verde, 2015

	Razão do exercício de actividade sem espaço					Total
	Não encontrou espaço disponível	Não tem meios para alugar ou comprar	Exerce actividades com mais facilidades	Não tem necessidade	Outras razões	
Ramo de actividade	Efectivos das UPIs					
Indústria	1,0	30,4	20,5	43,6	4,4	100,0
Comércio	17,7	18,7	37,8	22,0	3,9	100,0
Serviços	12,4	32,9	24,5	27,4	2,7	100,0
Total	9,1	27,3	27,0	32,8	3,8	100,0
Meio de Residência	Efectivos das UPIs					
Urbano	8,5	32,1	24,8	30,5	4,2	100,0
Rural	11,7	7,9	35,8	42,2	2,3	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

Gráfico 1 - Evolução da distribuição das UPI por razão de não possuir um local. Cabo Verde, 2009 e 2015



Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

Uma parte significativa das UPIs com local profissional apresenta condições de actividades precárias, ou seja, não têm os principais serviços necessários para os seus negócios. Com efeito, 66,9% dela são privadas de electricidade, 32,0% de água e 8,5% não tem telefone. A falta de electricidade para o desenvolvimento das actividades das UPIs é acentuada em todos os sectores de actividade, particularmente no sector dos serviços (81,0%). A situação é quase semelhante para o ano de 2009, excepto o acesso ao telefone, cuja proporção verificada em 2015, na sequência da vulgarização dos telemóveis. As diferenças são pequenas entre os dois meios de residência (Tabela 8).

Tabela 8 - Distribuição das UPI (em %) com um espaço profissional e com acesso aos serviços públicos, por sector de actividade segundo o meio de residência. Cabo Verde, 2015

Sector de actividade	Urbano			Rural			Cabo Verde			
	Água ligada	Eletricidade	Telefone	Água ligada	Eletricidade	Telefone	Água ligada	Eletricidade	Telefone	
Indústria	40,3	85,5	2,0	4,4	25,4	2,5	35,4	77,3	2,1	
Comércio	24,0	49,6	2,4	32,0	56,4	6,7	26,5	51,7	3,7	
Serviços	36,2	80,0	19,9	49,4	92,1	3,6	37,3	81,0	18,6	
Total	2015	32,3	69,3	9,2	30,7	57,3	5,7	32,0	66,9	8,5
	2009	32,6	66,7	35,8	29,9	43,8	16,9	31,6	58,2	28,7

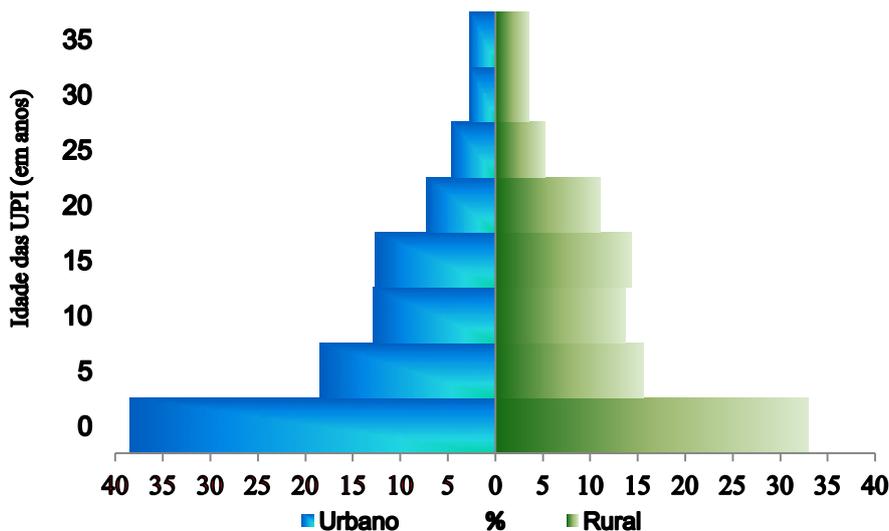
Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

1.4. DEMOGRAFIA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

A presente secção interessa-se à duração de vida das UPIs, bem como ao seu ritmo de crescimento. Dada à indisponibilidade de informações sobre os desaparecimentos (destruição) de UPIs, ela incidirá apenas nas que ainda estavam activas no momento do inquérito.

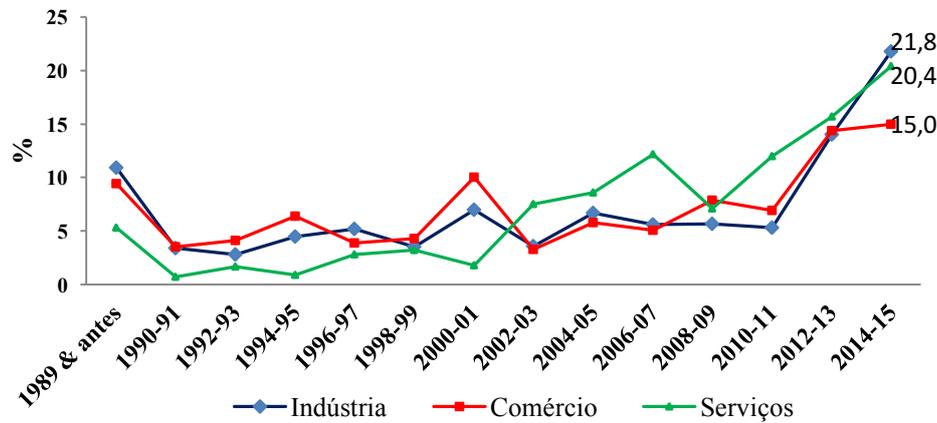
Assim, o gráfico 2 mostra que a estrutura por idade e meio de residência de UPI activas tem uma forma piramidal, ou seja, com uma larga base e estrito no topo (característica de uma pirâmide jovem, com muitos UPIs com menos de 10 anos de vida), especialmente em meios urbanos. Esta situação traduz-se num ritmo de crescimento elevado nos últimos anos (ver gráfico 3 abaixo).

Gráfico 2 - Pirâmide de idade por meio de residência: distribuição (%) das UPIs de acordo a sua antiguidade por meio. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

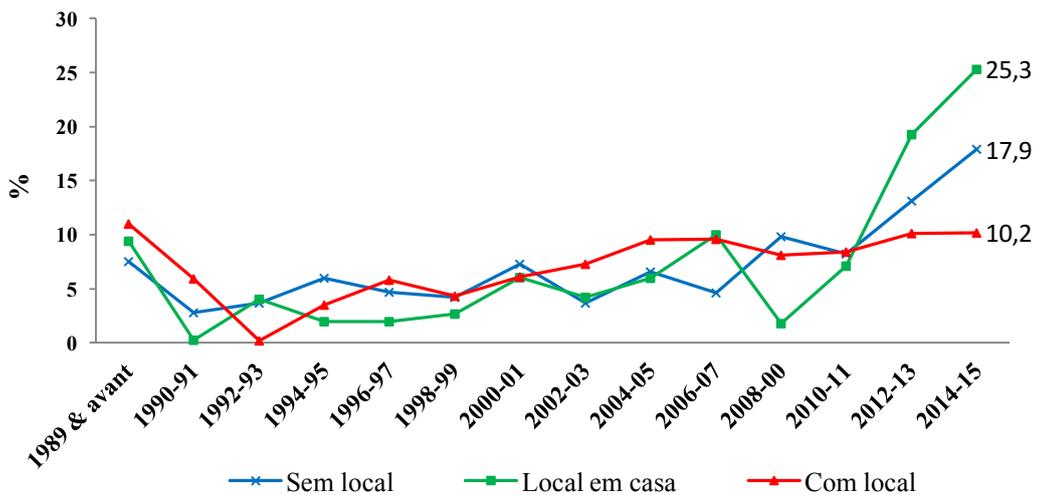
Gráfico 3 - Distribuição (%) das UPIs segundo a data de criação, por sector de actividade. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

As UPIs não agrícolas são relativamente jovens: a idade em média é de 10,5 anos. Esta média esconde uma vasta diversidade de idade, com a coexistência de estabelecimentos relativamente antigos: 8,8% foram criadas antes de 1989; cerca de 26,2% antes 2000; 59,4% criadas antes 2010 e 40,6% são relativamente jovens (menos de 6 anos). Assim, mais do que dois UPIs em cada cinco (40,6%) surgiram ao longo dos últimos cinco anos.

Gráfico 4 - Distribuição (%) das UPIs segundo a data de criação e o tipo de local. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

A Análise da idade média das UPIs por meio de residência mostra que as UPIs do meio rural são, em média, mais antigas comparativamente às do meio urbano (11,7 anos contra 10,2 anos, respetivamente).

O perfil etário das UPI traduziria em efeitos combinados que parecem evidenciar uma alta propensão de criação de UPIs ao longo das últimas duas décadas. O número de unidades informais criadas ao longo dos últimos cinco anos representa quase o dobro do que tinha sido observado em 2009. Este aumento pode ser interpretado, como resultado do dinamismo e da coragem imprimidos pelos operadores do sector informal, mesmo em face dos riscos de desaparecimento das suas unidades de produção. A hipótese de um aumento do sector informal como um modo de inserção privilegiada da mão-de-obra, em tempos de dificuldades económicas, poderia explicar a ascensão do informal nos últimos anos.

No entanto, é conveniente relativizar os resultados acima apresentados. Com efeito, os dados disponíveis só permitem ter uma apreciação de alguma forma sobre a saturação do sector informal produtivo, na medida em que é impossível diferenciar a parte desta dinâmica imputável à crise económica, da parte que seria imputável às leis estruturais da demografia das unidades informais, relacionadas com o ciclo de vida das UPIs. Logo, pode-se imaginar que, durante o seu ciclo de vida, algumas UPIs começam as actividades em condições não muito favoráveis (algumas em situações precárias), e depois num segundo momento, algumas prosperam, melhorando o seu tipo de inserção (através da compra de um local próprio, do aumento do nível de actividade, da transição do informal para o formal, etc.), enquanto outros desaparecem. Para se aferir mais sobre esse aspeto seria imprescindível ter dados em séries temporais, a fim de permitir uma análise dessas diferentes evoluções.

MÃO-DE-OBRA E EMPREGO NO SECTOR INFORMAL

Este capítulo descreve as características dos activos ocupados e do emprego no sector informal. Avalia-se o tamanho das UPIs em termos de número de empregados, o nível de remuneração, os prémios e vantagens, o tempo no trabalho, a capacidade de inserção das mulheres e dos jovens. Apresenta ainda a dinâmica de criação de emprego neste sector.

1. TAMANHO DAS UPIS

O sector informal é constituído essencialmente de UPIs de tamanho pequeno. Em 2015, observa-se que 87,2% das UPIs eram unipessoais (Tabela 9). A preponderância de UPIs unipessoais é mais pronunciado no sector de comércio (90,3%) e da indústria (87,6%) comparativamente ao sector de serviços (82,9%).

A proporção de UPIs unipessoais observada em 2015 aumentou 4,2 pontos percentuais, uma vez que era de 82,9% em 2009. O aumento do número de UPIs unipessoais nos últimos anos, no setor do comércio, pode ser explicado pela crise económica ocorrida nesse período, que levou algumas pessoas a iniciar uma pequena actividade comercial devido, eventualmente, à relativa facilidade de acesso que se tem neste sector, dado que não requer qualquer qualificação especial.

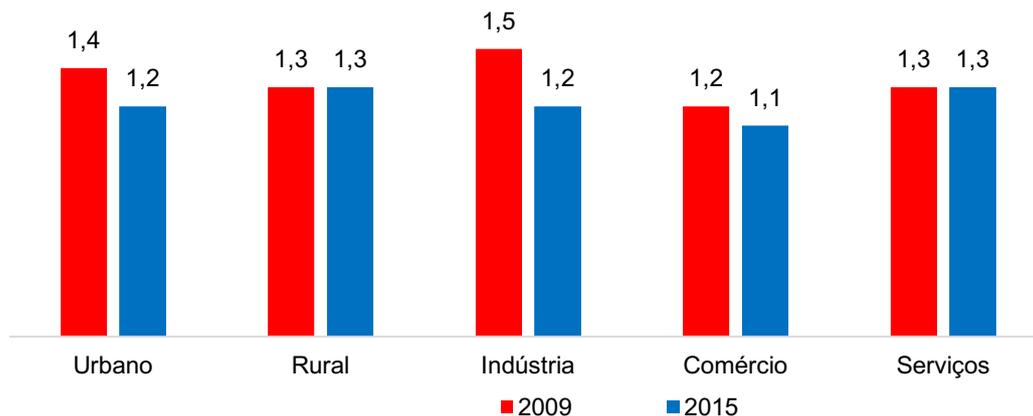
Tabela 9 - Distribuição das UPIs em função do seu tamanho por meio de residência e sector de actividade, Cabo Verde, 2015

	Meio de residência		Ramo/sector de actividade			Cabo Verde
	Urbano	Rural	Indústria	Comércio	Serviços	
Efectivos (pessoas)						
1	23 357	5 622	10 659	10 473	7 847	28 979
2	2 346	780	1 064	998	1 064	3 126
3	276	287	301	100	163	563
4	194	17	40	0	171	211
5 ou mais	271	78	105	25	218	348
Total	26 445	6 783	12 170	11 596	9 462	33 228
Proporções						
1	88,3	82,9	87,6	90,3	82,9	87,2
2	8,9	11,5	8,7	8,6	11,2	9,4
3	1,0	4,2	2,5	0,9	1,7	1,7
4	0,7	0,2	0,3		1,8	0,6
5 ou mais	1,0	1,1	0,9	0,2	2,3	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de empregos	14 608	12 896	12 247	31 241	8 511	39 751

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

O tamanho médio das UPIs é de 1,2 pessoas, com ligeira diferença entre os setores de atividade (1,1 no comércio; 1,2 na indústria e 1,3 pessoas no setor dos serviços). Varia igualmente segundo o meio de residência, sendo de 1,2 no meio urbano e 1,3 no meio rural. Diminuiu sensivelmente em relação a 2009, passando de 1,3 para 1,2 pessoas por UPI (gráfico 5).

Gráfico 5 - Tamanho médio (nº de pessoas) das UPI. Cabo Verde, 2009 e 2015



Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

2. TAXA DE ASSALARIAMENTO

A Tabela 10 mostra que, uma baixa proporção de UPIs (6,2%) emprega pelo menos um assalariado (junção das categorias salarial e mista). Esta proporção é ainda menor no sector do comércio (2,1%) comparativamente aos sectores da indústria (7,0%) e dos serviços (10,3%). A diferença entre os meios de residência é mínima, mas as disparidades entre as ilhas, de acordo com sua natureza em termos de actividades dominantes, são maiores. Nota-se, particularmente, que no Concelho da Praia há uma baixa proporção (2,4%) de UPIs que empregam pelo menos um assalariado (Tabela A2 do Anexo 2).

A taxa de assalariamento¹ definida como a parte do emprego assalariado em relação ao total dos empregos, pode ser considerada baixa no sector informal. Com efeito, observa-se que 8 em 100 activos ocupados são assalariados. Este resultado é justificado pela reduzida proporção de UPIs que empregam pelo menos um funcionário.

¹ Indicador da estruturação no mercado de trabalho, tem como objetivo dimensionar a participação dos indivíduos que recebem salário de entre os trabalhadores ocupados.

Esta taxa é menor no sector do comércio (1,6%) comparativamente ao sector da indústria (que se situa ao nível da média nacional), enquanto no sector dos serviços a taxa mais elevada (14,2%). Contudo, observa-se ainda que a taxa de assalariamento não varia tanto segundo o meio de residência, mas as diferenças entre as ilhas são visíveis, variando de: 2,7% no Concelho da Praia a valores mais elevados de 10,7% na ilha de Santo Antão e, particularmente, a valores ainda mais elevados no resto da ilha de Santiago (13,3%) (Tabela A2, Anexo 2).

A taxa de assalariamento no sector informal diminuiu significativamente em quase 4 pontos percentuais em relação a 2009, que era de 12,1%. Esta diminuição resulta, em particular, de um forte retrocesso correspondente a 12,5 pontos percentuais no sector industrial (passando de 20,6% em 2009 para 8,1% em 2015) (Tabela 10). que parece ter reestruturado sua mão-de-obra por causa da crise económica dos últimos anos. A taxa de emprego assalariado também baixou em mais da metade no sector do comércio, o que resulta entre outro da afluência de novos promotores individuais neste sector.

Tabela 10 - Distribuição das UPIs (em efetivo e %) de acordo com o tipo de emprego por meio de residência e sector de actividade. Cabo Verde, 2015

	Meio de residência		Ramo de actividade			Cabo Verde
	Urbano	Rural	Indústria	Comércio	Serviços	
Efectivos						
Auto-emprego	23 111	5 622	10 549	10 405	7 779	28 733
Não salarial	1 566	684	719	882	648	2 249
Salarial	1 432	412	795	229	820	1 844
Mista	159	66	66	12	147	225
ND	177	0	41	68	68	177
Total	26 445	6 783	12 170	11 596	9 462	33 228
Proporções						
Auto-emprego	87,4	82,9	86,7	89,7	82,2	86,5
Não salarial	5,9	10,1	5,9	7,6	6,9	6,8
Salarial	5,4	6,1	6,5	2,0	8,7	5,5
Mista	0,6	1,0	0,5	0,1	1,6	0,7
ND	0,7	0,0	0,3	0,6	0,7	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% UPI com pelo menos um assalariado	6,0	7,1	7,0	2,1	10,3	6,2
Taxa de assalariamento	2015	8,0	7,1	8,1	1,6	14,2
	2009	14,8	6,9	20,6	4,3	12,1

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO

Esta secção apresenta o estatuto dos activos ocupados bem como em que sector de actividade trabalham, no sector informal. Enfatiza ainda a situação dos empregos vulneráveis neste setor da economia.

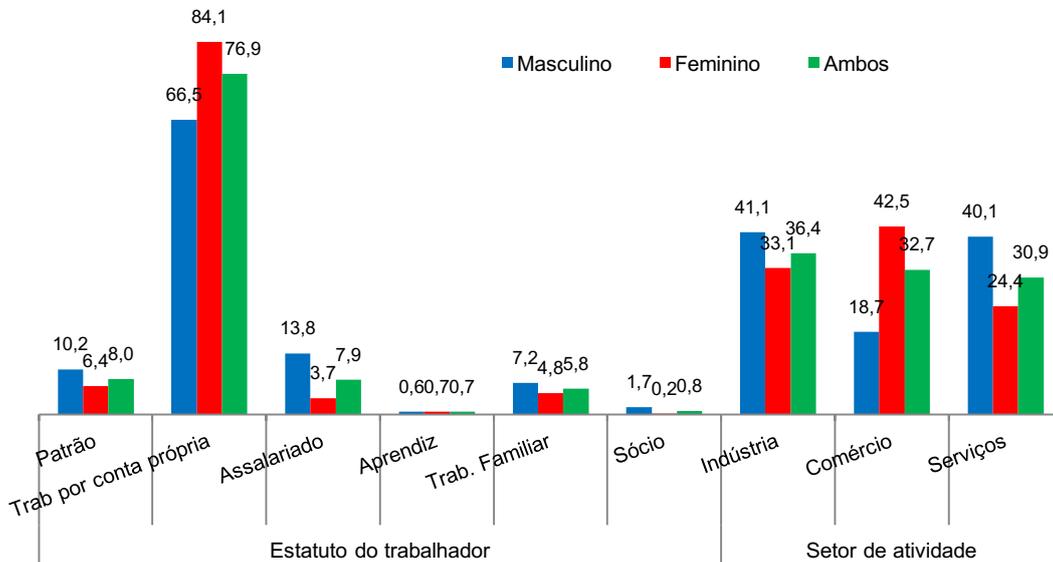
3.1. ESTATUTO DOS ACTIVOS OCUPADOS E O SECTOR DE ACTIVIDADE

A distribuição dos empregos de acordo com o estatuto dos activos ocupados no sector informal mostra que os trabalhadores por conta própria (que exercem sozinhos suas atividades) são largamente em maioria, pois representam mais dos três quartos (76,9%) dos trabalhadores do sector informal (Gráfico 6). Esta proporção é ainda mais elevada nas mulheres (84,1%), comparativamente a homens (66,5%). Os patrões (trabalhadores por conta própria e que empregam pessoal assalariado), representam 8,0% do total dos empregos, sendo que 10,2% deles são homens e 6,4% são mulheres.

Por sua vez, os assalariados representam 7,9% dos trabalhadores. Esta proporção é quase 4 vezes mais elevada nos homens (13,8%) do que nas mulheres (3,7%). Os trabalhadores familiares e os aprendizes representam respectivamente 5,8% e 0,7% do efectivo total dos ativos do setor. A aprendizagem no sector informal é então principalmente direccionada para a família.

Em relação aos sectores de actividade, observa-se que no geral, não existe grande desequilíbrio na distribuição dos trabalhadores. O sector industrial que emprega maior número de trabalhadores, ocupa 36,4% dos trabalhadores deste sector, enquanto 32,7% exercem as suas actividades no sector comercial e, 30,9% no sector dos serviços. No que tange à distribuição por sexo, observa-se que os homens são mais representados no sector da indústria (41,1%) e nos serviços (40,1%), enquanto as mulheres predominam no sector do comércio (42,5%).

Gráfico 6 - Distribuição (em %) dos activos ocupados no sector informal por sexo de acordo com o estatuto e o sector de actividade. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

3.2. VULNERABILIDADE DOS EMPREGOS NO SECTOR INFORMAL

A meta 1B dos ODM N.º 1, pretende garantir o pleno emprego e trabalho digno para todos, com particularmente às mulheres e aos jovens. O indicador normalmente utilizado para este fim é a taxa de emprego vulnerável, definido como a percentagem de trabalhadores por conta própria e de trabalhadores familiares não remunerados, em relação ao total dos empregados. Como se pode constatar nas análises anteriores, pelo menos de 8 em cada 10 trabalhadores do sector informal são trabalhadores por conta própria ou trabalhadores familiares não remunerados. Esta situação pode refletir uma relativa vulnerabilidade do emprego neste sector.

Outrossim, observa-se que mais de três quartos (77,9%) dos trabalhadores dependentes (assalariados, aprendizes e trabalhadores familiares) exercem a título de atividade principal, de forma permanente. Esta proporção é maior em 2015, do que tinha sido observada em 2009 (64,4%). Em 2015, as actividades informais desenvolvidas no meio urbano, parecem ser mais estáveis, comparativamente às desenvolvidas no meio rural. Com efeito, 81,7% dos activos ocupados do sector informal no meio urbano dizem que são trabalhadores permanentes, enquanto no meio rural esta percentagem é de 68%.

No entanto, deve-se relativizar a observação anterior, porque a prática do contrato de trabalho escrito, que é o verdadeiro elemento de estabilidade no emprego e, sobretudo de garantia do respeito dos direitos dos trabalhadores, não parece estar consolidada. Com efeito, ao nível nacional apenas 2,3% dos activos ocupados têm um contrato escrito. Esta percentagem é inferior a de 2009 (6,5%), em coerência com as evoluções já descritas anteriormente sobre a alteração do estatuto dos trabalhadores, devido à crise económica.

Logo, a contratação do trabalho no sector informal é feita principalmente por um acordo verbal. Cerca de 1 em cada 2 (45,7%) de trabalhadores dependentes não têm qualquer tipo de contrato (escrito ou verbal). Esta última forma de relação de trabalho é predominante no meio rural (63,1%), sem minimizar o seu carácter no meio urbano (39,0%). Ela está relacionada com a fonte da força de trabalho que é, primeiramente, a família, tendo em cota que menos da metade (42,9%) dos trabalhadores não têm nenhum grau de parentesco com o chefe da UPI.

Apesar da não contratação formal por escrito, observa-se que há proporções significativas de trabalhadores independentes que beneficiam de várias vantagens: inscrição e cotizações sociais no INPS (10,6% dos trabalhadores implicados), férias remuneradas (11,4% dos trabalhadores implicados) e bónus (10,6% dos trabalhadores implicados).

Tabela 11 - Características dos empregos dependentes segundo o estatuto no emprego e domínio. Cabo Verde, 2015

	% empregados permanentes	Distribuição de acordo com o tipo de contrato			Proporção de empregados que recebem o tipo de benefício			Cotizações sociais (INPS)	% empregados sem grau de parentesco com o chefe	
		Contrato escrito	Contrato verbal	Sem Contrato	bónus	ferias pagas	comparticipação nos benefícios			
Estatuto										
Assalariado	88,9	4,3	69,0	26,8	18,8	20,9	1,3	17,8	75,7	
Aprendiz	100,0	0,0	73,8	26,2	0,0	0,0	5,0	0,0	26,7	
Auxiliar familiar	60,6	0,0	26,6	73,4	0,8	0,0	18,1	2,0	0,6	
Meio										
Urbano	81,7	3,2	57,8	39,0	12,4	14,9	7,3	14,2	51,0	
Rural	68,0	-	36,9	63,1	6,1	2,3	10,8	1,2	21,8	
total	2015	77,9	2,3	52,0	45,7	10,6	11,4	8,3	10,6	42,9
	2009	64,4	6,5	40,6	52,9	9,5	5,0	1,1	6,1	48,1

NB: os empregos dependentes são aqueles exercidos pela mão-de-obra do sector informal (assalariados, aprendizes, auxiliar familiar).

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

4. DURAÇÃO DO TRABALHO

A distribuição dos activos ocupados no sector informal segundo o tempo de trabalho semanal mostra que cerca de 4 em 10 (39%) activos ocupados trabalham mais de 40 horas por semana, enquanto cerca de um terço (31,3%) dos activos ocupados trabalham menos de 24 horas, sem distinção segundo meio de residência. Contudo, observa-se que relativamente à percentagem de activos ocupados que trabalham pelo menos 60h semanais, ela é, maior no meio rural (21,2%) comparativamente ao meio urbano (13,3%).

De uma maneira geral, os activos ocupados trabalham em média 38,6 horas por semana, no sector informal. Esta duração média varia consoante o meio de residência, sendo de 37,7 horas por semana no meio urbano e, 4 horas a mais no meio rural.

O tempo médio semanal de trabalho é significativamente diferente dependendo do sector de actividade. De facto, os trabalhadores do sector de serviços dedicam, em média, mais de 10 horas semanais (41,7 horas) de trabalho, comparativamente aos do sector da indústria (31,3 horas). A diferença é ainda maior para os trabalhadores do sector comercial que trabalham em média 44,1 horas por semana (Tabela 12).

Em termos evolutivos, observa-se que o tempo médio semanal de trabalho reduziu de quase 6 horas em relação a 2009 (38,6 contra 44,3 horas, respetivamente). Esta redução deveu-se sobretudo à redução do tempo médio semanal de trabalho no sector da indústria registado no o meio urbano (Tabela 12).

Tabela 12 - Distribuição (%) dos activos ocupados segundo por tempo semanal de trabalho, por meio de residência. Cabo Verde, 2015

	Meio de residência		Cabo Verde
	Urbano	Rural	
Distribuição dos activos em relação às faixas horárias (em %)			
Menos de 24 h	31,3	31,1	31,3
De 24 h a 40 h	29,8	25,5	28,9
De 41 h a 48 h	12,9	9,0	12,0
De 49 h a 60 h	12,7	13,2	12,8
Mais de 60 h	13,3	21,2	15,0
Total	100,0	100,0	100,0
Tempo médio de trabalho por semana (em horas)			
Indústria	29,6	35,8	31,1
Comércio	42,8	47,2	44,1
Serviços	41,5	42,8	41,7
Total	2015	37,7	41,8
	2009	45,9	41,3

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

5. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DOS ACTIVOS DO SECTOR INFORMAL

5.1. NÍVEL DE INSTRUÇÃO E TIPO DE APRENDIZAGEM

Mais da metade (56,2%) dos trabalhadores informais têm o nível do ensino primário (EBI) e cerca de um terço (33,8%) tem o nível secundário (Tabela 13). Existem diferenças de acordo com certas características selecionadas. Proporcionalmente, observa-se que há mais mulheres (58,5%) com ensino primário comparativamente aos homens, enquanto os homens instruídos com o ensino secundário são proporcionalmente superiores às mulheres (39,4% contra 29,9% respetivamente).

A análise precedente segundo o sexo dos activos ocupados, é também válida para o meio de residência. Neste caso, parece que os ativos do sector informal no meio urbano são mais instruídos do que os do meio rural. Da mesma forma, os trabalhadores dependentes são em média mais instruídos do que os trabalhadores independentes. Sendo estes últimos os donos das UPIs, parece que, embora sejam instruídos, recrutam, em geral, mão-de-obra com conhecimentos técnicos que lhes faltam.

A tabela 13 mostra ainda que, o principal modo de aprendizagem é o exercício de atividades práticas (aprender fazendo), compreendendo 86,0% dos trabalhadores do sector informal. O sistema formal de formação contribui marginalmente para a qualificação dos actores do sector informal. Com efeito, observa-se que, globalmente, apenas 2,8% dos trabalhadores foram formados numa escola técnica e, que a mesma proporção foi formada num centro de emprego e de formação profissional. Este perfil varia sensivelmente segundo o estatuto dos trabalhadores, o meio de residência e o sexo dos ativos.

Tabela 13 - Distribuição (%) dos activos ocupados do sector informal por nível de instrução, tipo de aprendizagem e de acordo com certas características. Cabo Verde, 2015

	Estatuto no emprego		Meio de residência		Sexo		Total
	Trabalhador independente	Trabalhador dependente	Urbano	Rural	Masculino	Feminino	
Instrução							
Pré-escolar e Alfa.	8,5	1,1	7,3	8,2	4,4	9,5	7,4
Esc. Primaria	59,6	36,1	54,8	61,1	52,7	58,5	56,2
Esc. secundária	29,4	59,8	35,4	28,0	39,4	29,9	33,8
C. Médio e superior	2,5	3,0	2,5	2,7	3,4	2,0	2,6
Aprendizagem							
Escola Técnica	2,5	4,3	3,0	1,8	6,1	0,4	2,8
Centro de emprego e formação profissional	2,7	3,3	3,0	2,1	3,5	2,3	2,8
Grande empresa	1,1	0,0	1,2	0,0	1,9	0,2	0,9
Pequena empresa	3,8	4,6	4,0	3,5	6,1	2,4	3,9
Só pela prática / família	86,3	84,5	85,2	89,0	77,9	91,8	86,0
Outro	3,6	3,3	3,6	3,6	4,5	3,0	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

5.2. ESTATUTO DE EMPREGO DAS MULHERES E DOS JOVENS NO SECTOR INFORMAL

Mais de metade das pessoas empregadas no sector informal são mulheres (58,8%). A participação de mulheres no sector informal tem aumentado desde 2009, altura em que representavam 52,5% da mão-de-obra do sector. Uma igual evolução é tradicionalmente observada em período crise.

Se as mulheres estão menos representadas de entre os assalariados do sector informal, com 27,8% do total dos assalariados, elas estão bem representadas em termos de posse de meios de produção (representando 47,3% de promotores que empregam assalariados (patrões)). Elas são claramente maioritárias entre os trabalhadores por conta própria, (representando 64,3% dos actores). Além disso, elas constituem cerca da metade (48,8%) dos trabalhadores familiares não remunerados.

As mulheres são presentes no sector informal, tanto no meio urbano como no meio rural. No entanto, elas investem mais nas actividades comerciais do que nas dos serviços. Com efeito, representam três quartos (76,4%) dos comerciantes e menos de metade (46,4%) dos actores do sector dos serviços.

Tabela 14 – Características demográficas dos activos informais por estatuto, sector de actividade e meio de residência. Cabo Verde, 2015

	% de mulheres	% Jovens com menos de 25 anos	Idade em média (anos)	Nível de instrução (anos)	Antiguidade média (anos)	
Estatuto						
Patrão	47,3	4,7	44,1	6,2	11,1	
Trabalhador conta própria	64,3	6,4	42,2	5,7	10,3	
Assalariado	27,8	38,4	29,4	7,8	5,1	
Aprendiz pago	0,0	100,0	20,6	7,2	0,0	
Aprendiz não pago	84,1	15,9	25,4	8,4	5,9	
Auxiliar familiar	48,8	58,6	27,6	8,7	4,4	
Co-proprietário	14,7	0,0	45,8	10,0	2,8	
Sector de actividade						
Indústria	53,4	11,3	39,8	5,8	9,8	
Comércio	76,4	9,4	42,3	5,6	10,7	
Serviços	46,4	15,4	39,2	7,0	8,1	
Meio de residência						
Urbano	58,5	10,5	40,8	6,2	9,4	
Rural	59,8	17,2	39,1	5,9	10,0	
Total	2015	58,8	12,0	40,4	6,1	9,5
	2009	52,5	14,6	38,7	4,6	9,8

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

Os jovens com menos de 25 anos representam 12,0% dos empregados no sector informal, em 2015, sendo 10,5% no meio urbano e 17,2% no meio rural. Ao nível nacional, observa-se que esta proporção diminuiu ligeiramente com relação a 2009 (14,6%). Os jovens com menos de 25 anos representam apenas 4,7% da categoria dos patrões e, 6,4% entre os trabalhadores por conta própria. Contudo, eles são mais fortemente representados entre os trabalhadores familiares (58,6%) e os trabalhadores dependentes (38,4%) dos assalariados).

Esses jovens estão mais representados no sector dos serviços (15,5%), comparativamente aos sectores da indústria e do comércio (respectivamente com 11,3% e 9,4%). Outrossim, a sua proporção entre os activos ocupados no meio rural representa 17,2%, enquanto no meio urbano a proporção é de 10,5%. Estas situações deixam perceber que a entrada de jovens de menos de 25 anos no mercado de trabalho informal seria geralmente mais precoce no meio rural do que meio urbano.

A análise acima indica a predominância de jovens entre os trabalhadores dependentes, contrariamente aos promotores de UPI (patrões e trabalhadores por conta própria), cujas proporções são relativamente baixas. Este panorama pode deixar transparecer que os mesmos não possuem os meios de produção. Entretanto, a distribuição

percentual dos jovens trabalhadores do sector informal por estatuto no emprego (Tabela 15) mostra que 44,2% de entre eles são independentes. Qualquer que seja o estatuto, eles são mais presentes nos serviços e na indústria do que no comércio.

Tabela 15 - Distribuição dos activos (%) do sector informal com menos de 25 anos em função do seu estatuto por sector de actividade. Cabo Verde, 2015

Sector de actividade	Trabalhador independente	Trabalhador dependente	Total de jovens com menos de 25 anos
Indústria	33,1	35,5	34,4
Comércio	27,5	24,5	25,8
Serviços	39,4	40,1	39,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

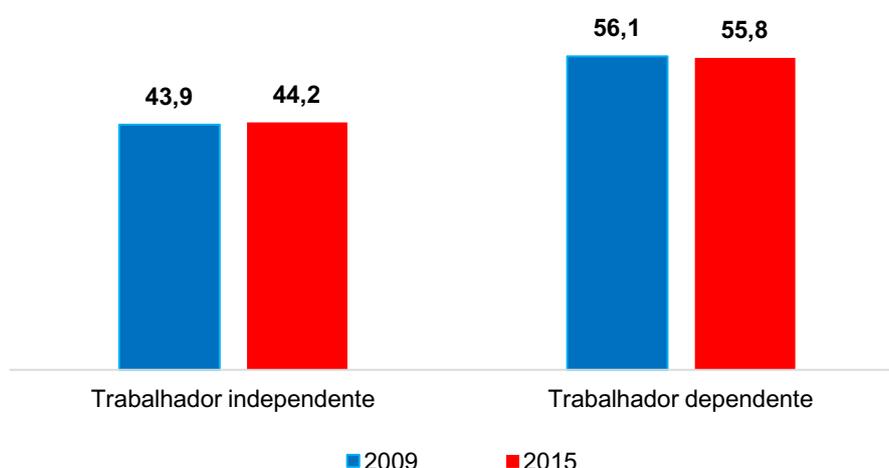
5.3. A IDADE MÉDIA, O NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE INSTRUÇÃO E A ANTIGUIDADE DOS ACTIVOS OCUPADOS

A Tabela 14 mostra que os activos ocupados no sector informal são relativamente mais idosos, em 2015, comparativamente aos de 2009 (40,4 e 38,7 anos, respectivamente).

Outrossim, observa-se que a idade média dos activos ocupados no sector informal em 2015 é relativamente mais alta para os trabalhadores independentes (patrões e trabalhadores por conta própria) e relativamente mais baixa para os trabalhadores dependentes.

A idade média dos activos ocupados, no sector informal, é significativamente diferente dependendo do sector de actividade ou do meio de residência.

Gráfico 7 - Evolução da distribuição (%) dos jovens menores de 25 anos consoante o estatuto, Cabo Verde, 2009 e 2015

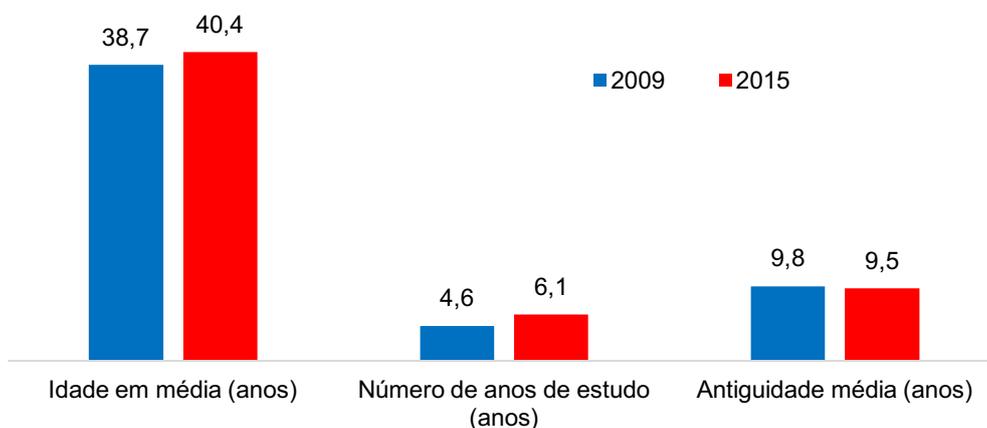


Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

O número médio de anos de estudo dos trabalhadores do sector informal é de 6,1 anos em geral, tendo aumentado significativamente em relação a 2009 (4,6 anos).

As diferenças no número médio de anos de estudo não são significativas de acordo com variáveis consideradas. Pode-se simplesmente observar que é ligeiramente mais baixa para os activos independentes que para activos dependentes. Da mesma forma, é um pouco mais alto para os activos do sector dos serviços do que para os outros dois sectores (Tabela 14).

Gráfico 8 - Evolução da Idade média, número de anos de estudo e antiguidade dos activos ocupados no sector informal por estatuto, sector de actividade e meio de residência, Cabo Verde, 2009 e 2015



Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

Em termos de antiguidade na UPI, ela é, em média, de 9,5 anos, em 2015, e não se alterou significativamente em comparação com 2009 (9,8 anos). Os trabalhadores independentes são mais antigos na actividade informal do que os trabalhadores dependentes (por exemplo os patrões têm uma antiguidade de cerca de 11 anos, enquanto a dos assalariados é cerca de duas vezes menor do que a dos empregadores) (Tabela 14).

Os activos do sector comercial têm uma antiguidade média de 10,7 anos, mais um ano do que os activos do sector da indústria (com 9,8 anos) e dois anos e meio a mais do que a no sector dos serviços (8,1 anos).

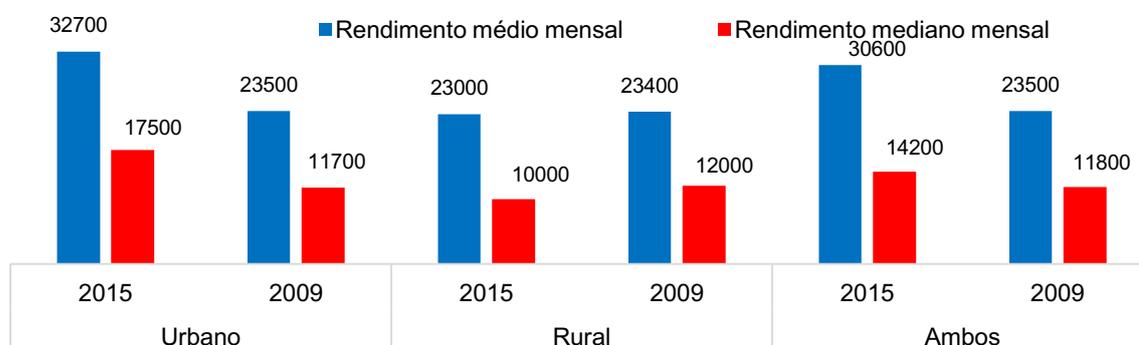
6. NÍVEL DE REMUNERAÇÃO

Os activos ocupados no sector informal auferem um rendimento médio mensal que ronda os 30.600 ECV, enquanto o rendimento mediano, ou seja, a metade dos activos ocupados no sector informal, é de 17.500 ECV (Gráfico 2.5). O rendimento médio mensal é maior no meio urbano do que meio rural (32.700 ECV e 23.000 ECV respetivamente).

No meio rural, os activos ocupados são relativamente menos bem pagos que os do meio urbano porque tanto o rendimento médio como o rendimento mediano é menor no meio rural (Gráfico 9).

A evolução dos rendimentos em relação a 2009 é contrastada de acordo com o meio de residência. No geral, o rendimento mensal médio actual aumentou de 30% em comparação o ano de 2009. O aumento causado pelo crescimento urbano que é mais forte e, situa-se a volta de 39%. Este aumento foi contido pela estagnação do rendimento médio em meio rural.

Gráfico 9 - Rendimento médio e mediano (em ECV) dos activos ocupados no sector informal por meio de residência. Cabo Verde, 2009 e 2015



Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

Os activos ocupados do ramo da indústria auferem em média, mas dos os seus colegas do comércio e dos serviços. Com efeito, o rendimento médio mensal neste sector é de 33.300 ECV, correspondente a um rendimento três vezes superior ao salário mínimo nacional. Os ramos de actividades mais rentáveis são a hospedagem / restauração com 55.218 ECV e o ramo das confeções, onde o de rendimento médio mensal é e cerca de 50.570 ECV. A desigualdade de rendimento no sector informal é visível entre os sexos. Os homens ganham, em média, 36.723 ECV mensal, ou seja cerca de 10.000 ECV a mais que as suas congéneres mulheres.

Relativamente ao estatuto dos trabalhadores, observa-se que os empregadores (patrão e trabalhadores por conta própria) e os sócios (co-proprietários) ganham muito mais do que outros activos ocupados. Por exemplo, os trabalhadores por conta própria ganham em média 28.126 ECV. Este valor é quase 9.000 a mais do que rendimento médio dos assalariados. Todavia, relativamente ao rendimento mediano, observa-se que as desigualdades são maiores segundo o estatuto dos activos ocupados.

Dependendo do tipo de aprendizagem, observa-se que os trabalhadores com formação em escola técnica recebem, em média, 51.101 ECV mensal.

Relativamente à nacionalidade dos activos ocupados, observa-se que, o rendimento médio destes é superior ao dos activos ocupados de nacionalidade cabo-verdiana (67.200 ECV contra 29.600 ECV), embora deve-se tomar essa informação com precaução, tendo em conta o número reduzido dos estrangeiros.

Quanto ao rendimento médio por hora, verifica-se que uma hora trabalhada no sector informal rende em média, 231 ECV ao activo ocupado, sendo mais elevado no meio urbano do que no meio rural (248 e 172 ECV, respetivamente). Globalmente, o rendimento por hora de trabalho é maior para os grupos que têm um rendimento mensal mais elevado, tendo aumentado de cerca de 38% entre 2009 e 2015.

Tabela 16 - Renumeração, média, mediana e horária(ECV) no sector informal, por características selecionadas Cabo Verde, 2015.

	Rendimento médio mensal	Rendimento mediano mensal	Rendimento médio por hora
Ramo de actividade			
Indústria	33 300	18 520	293
Extração	17 680	8 000	134
Agroalimentar	30 845	22 855	320
Confeção	50 570	14 100	328
BTP	26 987	18 000	268
Comércio	26 705	11 040	176
Comércio a grosso	26 037	31 508	289
Com. a retalho produtos alimentares	36 359	15 730	168
Outros comércios a retalho	20 090	9 546	180
Serviços	31 466	14 040	216
Transporto	48 447	36 000	343
Hospedagem /Restauração	55 218	21 000	284
Reparação	23 396	14 040	143
Outros serviços	20 786	11 100	181
Sexo			
Homens	36 723	16 123	265
Mulheres	26 268	13 000	207
Nacionalidade			
Cabo-verdiana	29 600	14 000	229
Estrangeira	67 200	32 600	321
Estatuto			
Patrão	82 481	29 997	579
Trabalhador por conta própria	28 126	15 840	224
Assalariado	19 265	14 000	118
Aprendiz pago	2 584	2 500	11
Auxiliar familiar	12	-	-
Co-proprietário	102 349	58 388	505
Nível de instrução			
Pre-escolar e Alfabetização	20 018	8 000	171
Ensino primaria	31 131	16 845	230
Ensino secundária	32 553	12 917	245
C. Médio e superior	28 834	9 860	259
Aprendizagem			
Escola Técnica	51 101	22 215	329
Centro de emprego e formação profissional	30 755	17 000	416
Grande empresa	28 143	18 000	242
Pequena empresa	32 954	15 000	201
Só pela prática / família	28 120	13 780	213
Associação/ ONG	39 840	7 430	254
Total	30 577	14 200	231

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

6.1. DINÂMICA DE CRIAÇÃO DE EMPREGOS PELAS UPIS

De todos os empregos do sector informal observados em 2015, em Cabo Verde, 40,9% foram criados há menos de 5 anos (Tabela 17). Essa proporção era de 38,1% há 5 anos (2009). O número de empregos recentes (últimos 5 anos) criados no sector informal é relativamente maior do que os criados no passado (há mais de 5 anos), provavelmente devido a crise económica, como indicado nas análises anteriores.

O sector informal é caracterizado por um dinamismo de criação, destruição e de renovação de postos de trabalho. Com efeito, observa-se que de cada 10 postos de trabalho do setor, 6 foram criados nos últimos 10 anos. Os postos de trabalho perenes são principalmente os exercidos pelos independentes. Por exemplo, há 30,2% e 31,1% de empregos com 15 anos ou mais de antiguidade ocupados, respetivamente, pelos empregadores e trabalhadores por conta própria (sem empregados). Contudo, observa-se ainda que cerca de dois terços de empregos de assalariados e de trabalhadores familiares foram criados há menos de 5 anos.

Tabela 17 - Distribuição (%) dos activos de acordo com a sua antiguidade e o seu estatuto. Cabo Verde, 2015

Antiguidade	Patrão	Trabalhador por conta própria sem empregados	Assalariado	Aprendiz pago	Aprendiz não pago	Auxiliar familiar	Co-proprietário	total
Menos de 5	26,3	37,5	65,0	100,0	15,9	66,1	88,2	40,9
De 5 a 9 anos	33,8	18,1	14,3	0,0	84,1	20,4	3,8	19,4
De 10 a 14 anos	9,7	12,9	12,5	0,0	0,0	5,7	0,0	12,0
De 15 a 19 anos	12,7	12,0	3,4	0,0	0,0	5,9	8,0	10,9
De 20 a 24 anos	6,7	8,8	1,3	0,0	0,0	0,6	0,0	7,4
25 anos ou mais	10,8	10,3	3,4	0,0	0,0	1,4	0,0	9,1
ND	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

CAPITAL, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Na fase inicial do processo da produção de bens e serviços, existem os principais factores de produção, que são o trabalho e o capital. Após a análise do factor “trabalho” no capítulo anterior, este analisa o “capital” das UPIs. Assim, o Capital é tratado como o conjunto dos bens duradouros (terrenos, edifícios, veículos, móveis, máquinas, ferramentas, etc.) que as UPIs dispõem para o exercício das suas actividades. O capítulo aborda, nomeadamente, a composição do capital, as suas características, o seu financiamento e sua estrutura.

1. VALOR DO CAPITAL DO SECTOR INFORMAL

No geral, poucas UPIs (6,6%) não têm capital para o exercício das suas actividades (Tabela 18). Esta situação diz respeito particularmente às UPIs do sector de comércio (9,3%). De salientar que em relação a 2009, a proporção de UPIs sem capital diminuiu 2,2 pontos percentuais (passou de 8,8 % para 6,6%) (Tabela 18).

Tabela 18 - UPI (%) sem capital e montante médio do capital por sector, segundo o meio de residência, Cabo Verde, 2015

		Meio de residência		Cabo Verde
		Urbano	Rural	
UPI sem capital (em %)				
Indústria		5,0	0,0	3,9
Comércio		10,3	6,7	9,3
Serviços		6,8	5,4	6,7
Total	2015	7,3	3,9	6,6
	2009	7,3	11,5	8,8
Montante médio do capital por UPI que tem capital (em ECV)				
Indústria		854 028	65 737	673 994
Comércio		99 986	198 021	127 370
Serviços		293 405	463 042	311 603
Total	2015	440 620	182 242	386 039
	2009	220 700	407 700	285 900

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

O montante médio do capital das UPIs situa-se em torno de 386 039 ECV a nível nacional, apresentando variações segundo o meio de residência e o sector de actividade. É maior meio urbano (440 620 ECV) comparativamente ao meio rural (182 242 ECV). A tabela 18 mostra ainda que, ao nível nacional registou-se um aumento do montante médio de cerca de 100 139 ECV de 2009 para 2015, aumento esse está relacionado ao forte incremento registado no meio urbano, na ordem de 219 920 ECV,

tendo o meio rural registado uma diminuição na ordem de 225 458 ECV, no mesmo período.

A variação do montante médio segundo o domínio é apresentada na Tabela A5 no anexo 2, onde se observa que, enquanto na ilha/domínio do Maio as UPIs dispõem de um capital médio que ronda os 134 508 ECV, na Praia as UPIs funcionam com um capital médio estimado em 516 724 ECV (Tabela A5 no anexo 2).

2. CARACTERÍSTICAS DO CAPITAL DO SECTOR INFORMAL

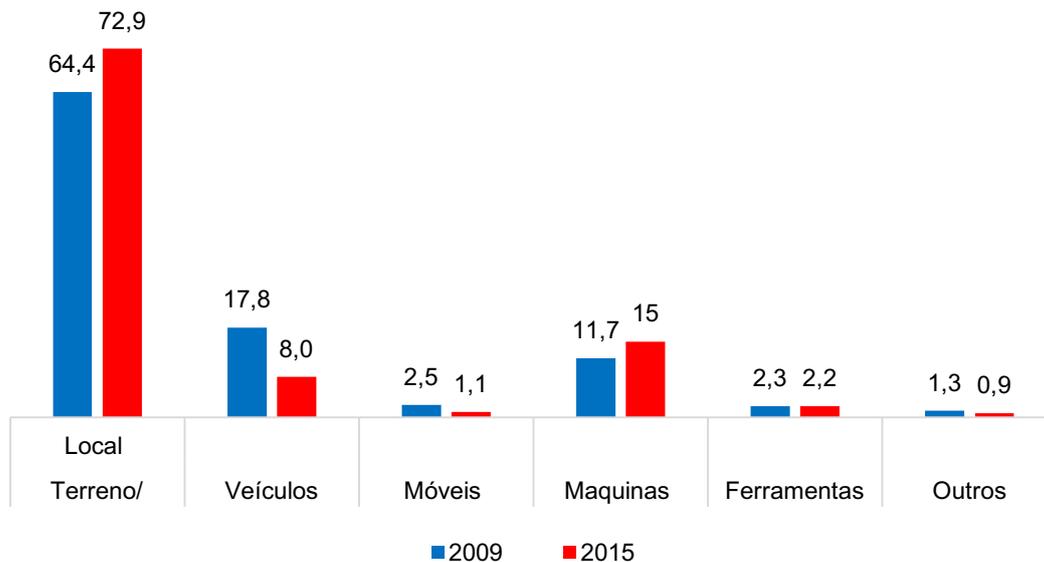
O capital das UPIs é constituído por ordem de importância de terrenos / locais (72,9%), máquinas (15,0%), veículos (8,0%), ferramentas (2,2%), mobiliários de escritório (1,1%) e outros (0,9%) (Tabela 19). Esta estrutura é diferente da de 2009, em que os terrenos / locais constituíam 64,4% do capital das UPIs, enquanto os veículos representavam 17,8% do capital.

A estrutura em valor do capital das UPI no meio urbano é semelhante à estrutura do valor do capital observado ao nível nacional. Assim, é importante ressaltar a disparidade que existe entre as ilhas. Contrariamente ao domínio da Praia e outros, onde os terrenos / locais constituem a parte maioritária do capital social das UPIs, no Maio, o capital social é maioritariamente representada por veículos (57,6%).

Tabela 19 - Estrutura do Capital (em% do seu valor) de acordo com a região e meio de residência. Cabo Verde, 2015

	Terreno/ Local	Veículos	Móveis	Maquinas	Ferramentas	Outros	Total
Região							
Santo Antão	59,8	25,1	3,7	7,7	3,2	0,5	100,0
São Vicente	50,8	2,7	0,6	42,8	1,8	1,3	100,0
São Nicolau	73,1	16,5	0,8	1,4	7,6	0,5	100,0
Sal + Boa Vista	53,1	19,1	2,2	21,2	2,4	2,0	100,0
Maio	30,2	57,6	3,7	4,5	2,7	1,3	100,0
Praia	93,6	3,1	0,5	1,1	1,6	0,2	100,0
Outro Santiago	55,8	25,3	3,4	8,9	4,2	2,3	100,0
Fogo + Brava	68,1	16,9	2,3	6,3	3,2	3,1	100,0
Meio de residência							
Urbano	75,0	5,3	1,0	15,9	2,0	0,8	100,0
Rural	53,8	31,7	2,1	6,6	4,5	1,4	100,0

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

Gráfico 10 - Evolução da estrutura do Capital (em% do seu valor). Cabo Verde, 2009 e 2015

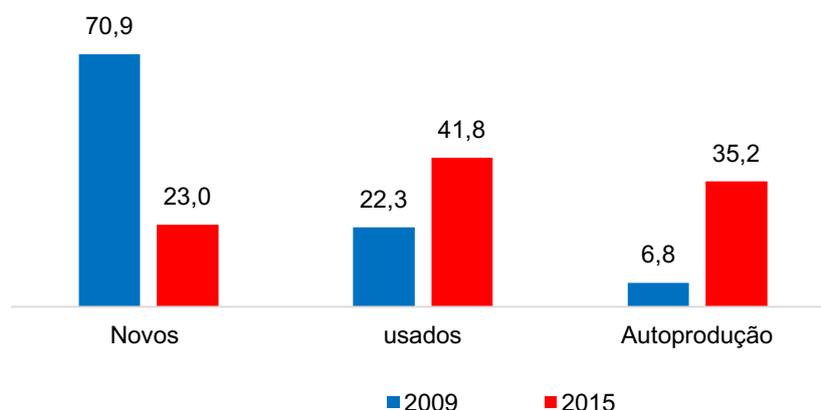
Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

No que tange à qualidade dos equipamentos, observa-se que 41,8% do valor do capital é constituído de bens adquiridos já usados (Gráfico 12). Todavia esta situação varia de acordo com o tipo de bens. Para alguns, uma parte importante do valor do capital é consagrado para a aquisição de equipamentos novos. Trata-se nomeadamente de mobiliários de escritório (53,1%) e de ferramentas (52,6%). Para outros, a parte importante do valor do capital é canalizada para a aquisição de equipamentos usados, particularmente veículos (86,7%) e máquinas (86,5%).

O valor dos bens produzidos pelas UPIs atinge 35,2% do montante total do capital, contrariamente ao valor dos bens novos que não ultrapassa 23,0%. O valor dos empréstimos é de 4,1%, o que se pode considerar como insignificante (Gráfico 11).

Relativamente ao proprietário dos equipamentos das UPIs, nota-se que 81,2% do valor total pertence aos próprios promotores, enquanto o valor dos equipamentos alugados representa 14,7% do valor total do capital. Outrossim, os terrenos/locais e os mobiliários de escritório alugados representam 20,1% e 6,5% do capital dessas duas rubricas. Esta situação é diferente da observada em 2009, em que os equipamentos alugados representavam uma parte residual (2,2%) do valor do capital das UPIs (Gráfico 12).

Gráfico 11 - Evolução da qualidade do capital (em % do seu valor). Cabo Verde, 2009 e 2015



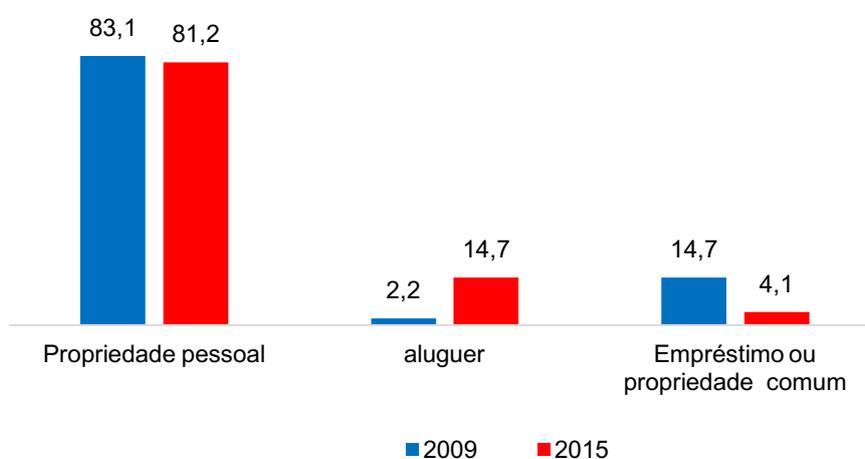
Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

Tabela 20 - Qualidade e propriedade do capital (em % do seu valor). Cabo Verde, 2015

	Qualidade do capital				Propriedade do capital			Total
	Novos	usados	Auto-produção	Total	Propriedade pessoal	aluguer	Empréstimo ou propriedade comum	
Terrenos/locais	24,4	27,8	47,8	100,0	75,3	20,1	4,6	100,0
Veículos	13,3	86,7	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Mobiliário	53,1	44,4	2,5	100,0	86,5	6,5	7,0	100,0
Maquinas	13,3	86,5	0,2	100,0	96,8	0,1	3,1	100,0
Ferramentas	52,6	36,5	10,9	100,0	94,1	0,0	5,9	100,0
Outros	45,9	45,6	8,5	100,0	89,3	0,1	10,6	100,0

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

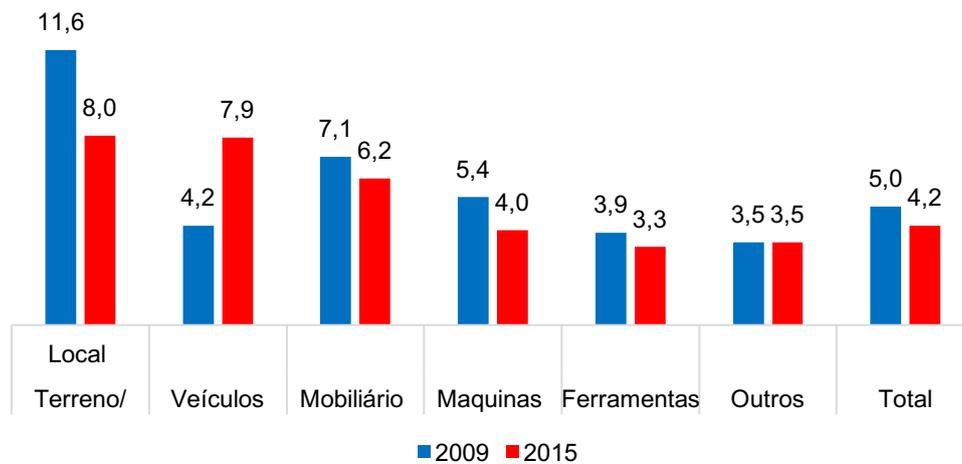
Gráfico 12 - Evolução propriedade do capital (em % do seu valor). Cabo Verde, 2009 e 2015



Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

Tratando-se da idade do capital, de uma maneira geral, observa-se que os equipamentos utilizados pelas UPIs têm, em média, 4,2 anos de idade (Gráfico 13). A idade média desses equipamentos varia um pouco de acordo com o meio de residência, sendo de 4,3 anos no meio urbano e 3,9 anos no meio rural. Em 2009, a idade média dos equipamentos era superior a registada em 2015 (de 5,0 anos em 2009 baixou para 4,2 anos em 2015).

Gráfico 13 - Evolução da idade média (em anos completos) do capital. Cabo Verde, 2009 e 2015



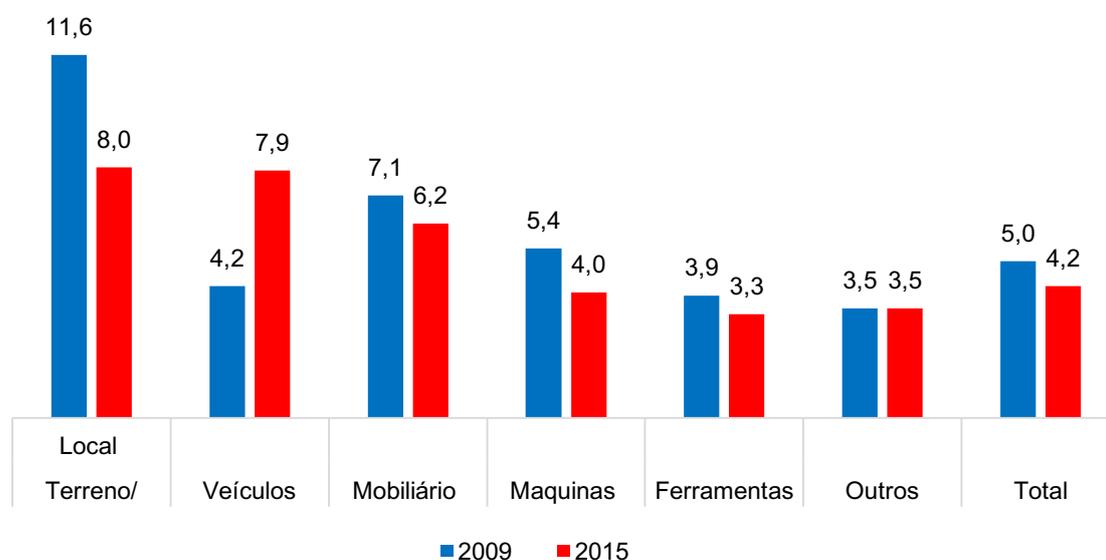
Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

Tal como em 2009, os terrenos / locais são os bens cuja idade média, no seio da UPI, é mais elevada em 2015 (8,0 anos). Inversamente, em 2015, observa-se que as ferramentas e outros equipamentos são os mais recentes, com uma duração média de 3,3 anos e 3,5 anos, respectivamente (Gráfico 14).

Tabela 21 - Idade média (em anos completos) do capital por tipo, região e do meio de residência. Cabo Verde, 2015

	Terreno/ Local	Veículos	Mobiliário	Maquinas	Ferramentas	Outros	Total
Região							
Santo Antão	7,6	5,6	5,8	4,4	3,9	3,5	4,9
São Vicente	9,1	6,0	7,6	4,9	4,3	5,5	5,4
São Nicolau	5,9	6,1	5,3	6,2	2,7	3,8	4,1
Sal + Boa Vista	6,0	12,5	5,1	3,9	4,7	4,3	4,8
Maio	8,3	7,1	5,4	4,7	5,0	2,9	5,5
Praia	6,0	10,9	6,7	2,3	2,9	2,2	3,4
Outro Santiago	10,2	5,2	5,1	3,7	2,2	2,2	3,3
Fogo + Brava	9,4	3,1	4,5	4,8	3,6	3,6	4,2
Meio							
Urbano	7,6	8,2	6,3	4,1	3,5	3,7	4,3
Rural	9,2	6,4	5,7	3,6	2,7	2,7	3,9

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

Gráfico 14 - Evolução da idade média (em anos completos) do capital. Cabo Verde, 2009 e 2015

Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

Uma grande parte do capital (90,3%) da UPI é financiada pela poupança, doação ou herança. O empréstimo familiar representa 3,6% do financiamento do capital das UPIs (Tabela 22). O empréstimo bancário para o financiamento do capital das UPIs, é quase inexistente. Estas constatações são observadas, independentemente do sector de actividade e do meio onde se situam a UPI.

Tabela 22 - Modo de financiamento do capital (em% do valor do capital) por sector de actividade de acordo com o meio de residência. Cabo Verde, 2015

	Meio de residência		
	Urbano	Rural	Cabo Verde
Poupança, doação ou herança	90,0	91,7	90,3
Indústria	39,7	39,5	39,6
Comércio	20,4	38,1	23,8
Serviços	29,9	14,2	26,9
Empréstimo familiar	3,9	2,4	3,6
Indústria	2,1	1,2	1,9
Comércio	0,5	0,9	0,6
Serviços	1,2	0,4	1,1
Empréstimo bancário	0,8	1,5	0,9
Indústria	0,3	0,1	0,2
Comércio	0,2	0,4	0,2
Serviços	0,3	1,0	0,5
Outros	5,4	4,4	5,2
Indústria	1,5	2,6	1,7
Comércio	0,9	1,2	1,0
Serviços	3,0	0,6	2,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

3. INVESTIMENTO NO SECTOR INFORMAL

Ao nível nacional, o investimento médio feito por UPI, ao longo dos últimos doze meses

Entre as UPIs que possuem um capital, 65,4% adquiriram bens de equipamentos durante os últimos doze meses (Tabela 23). Esta proporção é significativamente maior na Praia (76,6%), comparativamente aos outros domínios, particularmente no Maio, onde se regista a menor percentagem (33,9%). Pode-se notar uma discrepância importante entre o meio urbano e o meio rural, de cerca de 10 pontos percentuais (67,4% contra 58,1% respetivamente).

O investimento nas UPIs varia ligeiramente consoante o sector de actividade. Com efeito, 70,1% das UPIs do sector industrial, 66,6% do sector do comércio e 57,9% de sector dos serviços investiram nos últimos doze meses.

O montante de investimentos é diferenciado consoante o domínio, o meio de residência e o setor de atividade. Com efeito, o montante médio de investimentos realizado por UPI da Praia (6 845 500 ECV) é de longe superior ao montante de qualquer outro domínio. No entanto, é de salientar que os domínios de Praia e São Vicente dispõem, juntos, 73,8% do investimento total.

As UPIs do meio urbano contribuem com cerca de 93,7% do montante global dos investimentos. Dependendo do sector de actividade, observa-se que 18,0% dos investimentos são feitos em UPIs do sector industrial e 29,3% das UPIs do sector do comércio. Outrossim, mais da metade (52,7%) dos investimentos são feitos em UPIs que exercem as suas actividades no sector dos serviços.

Tabela 23 - A importância do investimento realizado segundo diferentes indicadores. Cabo Verde, 2015.

	Importância do investimento		
	Proporção (%) de UPIs com capital que têm investido	Montante médio do investimento por UPI que tem investido (em ECV)	Parte no investimento total (em % do valor)
Região			
Santo Antão	55,6	1 841 847	11,2
Sao Vicente	55,4	1 683 483	13,5
Sao Nicolau	60,3	143 449	0,8
Sal + Boa Vista	56,0	877 319	3,0
Maio	33,9	62 357	0,2
Praia	76,6	6 845 500	60,3
Outro Santiago	68,0	231 186	9,4
Fogo + Brava	58,3	147 002	1,7
Meio de residência			
Urbano	67,4	4 061 279	93,7
Rural	58,1	147 976	6,3
Ramo de actividade			
Indústria	70,1	769 803	18,0
Comércio	66,6	2 161 099	29,3
Serviços	57,9	8 984 456	52,7
Total	65,4	3 325 173	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

As UPIs do meio urbano contribuem com cerca de 54,9% do montante global dos investimentos do sector informal em terrenos / locais e 25,8% em veículos.

Tabela 24 - Estrutura do investimento efectuado (em% do seu valor) por domínio, meio de residência e setor, segundo tipo de investimento. Cabo Verde, 2015

	Terreno/ Local	Veículos	Mobiliário	Maquinas	Ferramentas	Outros	Total
Domínio							
Santo Antão	43,6	26,5	10,4	11,4	7,8	0,2	100,0
São Vicente	0,0	75,1	0,0	12,4	10,2	2,4	100,0
São Nicolau	57,7	0,0	11,9	3,3	13,8	13,2	100,0
Sal + Boa Vista	61,3	0,0	9,8	16,1	7,6	5,2	100,0
Maio	0,0	0,0	36,9	17,9	31,8	13,4	100,0
Praia	72,7	15,5	0,6	3,6	7,2	0,4	100,0
Outro Santiago	30,0	25,4	4,4	16,6	13,1	10,6	100,0
Fogo + Brava	33,4	0,0	24,7	11,5	24,2	6,2	100,0
Meio de residência							
Urbano	54,9	25,8	2,4	7,2	7,9	1,8	100,0
Rural	46,7	9,9	8,3	11,7	18,7	4,6	100,0
Ramo de actividade							
Indústria	29,4	33,9	2,6	12,7	14,7	6,7	100,0
Comércio	21,2	53,7	2,4	6,9	15,0	0,9	100,0
Serviços	81,3	5,6	3,1	6,0	3,0	1,0	100,0
Ensemble	54,4	24,8	2,8	7,4	8,6	2,0	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

4. EMPRÉSTIMO NO SECTOR INFORMAL

Como constatado precedentemente, a grande parte (90,3%) do capital das UPIs é auto-financiado. No entanto, algumas UPIs contraem empréstimos para financiar suas actividades. Com efeito, 4,8% das UPIs contraíram empréstimos para financiar as suas actividades, durante os últimos doze meses anteriores ao inquérito (Tabela 25).

O valor médio do empréstimo por UPI que contraiu empréstimo é 337 786 ECV (139 236 ECV no meio rural e 383 270 ECV no meio urbano).

Em relação ao uso do empréstimo, os montantes são essencialmente dedicados à compra de matérias-primas (72,8%), enquanto 6,6% do valor dos empréstimos é utilizado na compra/aquisição de equipamentos (Tabela 25).

Tabela 25 - Alguns indicadores relativo à Importância (em % e em montante) do empréstimo e sua utilização (%) nos últimos 12 meses. Cabo Verde, 2015

	Importância do empréstimo (em % e em montante)			Utilização do empréstimo nos últimos 12 meses (em % do valor do empréstimo)			
	% de UPIs que contraiu empréstimo nos últimos 12 meses	Proporção do montante total do empréstimo (%)	Montante médio emprestado por UPI ao longo dos últimos 12 meses (Em ECV)	Compra de matérias-primas	Aquisição de equipamentos	Outros	Total
Região							
Santo Antão	11,1	8,4	234 527	4,6	54,1	41,3	100,0
São Vicente	1,2	3,9	200 000	100,0	0,0	0,0	100,0
São Nicolau	2,3	1,2	500 000	100,0	0,0	0,0	100,0
Sal + Boa Vista	3,8	6,0	553 303	0,0	0,0	100,0	100,0
Maio	1,5	0,1	100 000	100,0	0,0	0,0	100,0
Praia	7,7	73,4	443 794	85,9	0,0	14,1	100,0
Outro Santiago	4,3	4,9	87 559	55,7	28,0	16,3	100,0
Fogo + Brava	1,5	2,1	451 641	69,6	30,4	0,0	100,0
Meio de residência							
Urbano	4,9	92,3	383 270	73,5	4,9	21,6	100,0
Rural	4,4	7,7	139 236	65,3	26,3	8,4	100,0
Ramo de actividade							
Indústria	1,7	6,9	176 270	66,7	29,3	4,0	100,0
Comércio	10,9	80,6	346 215	83,0	0,0	17,0	100,0
Serviços	1,4	12,5	517 189	11,1	36,3	52,6	100,0
Cabo Verde	4,8	100,0	337 786	72,8	6,6	20,6	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

DESEMPENHO ECONÓMICO DO SECTOR INFORMAL

Este capítulo apresenta uma análise económica das unidades informais. Ele examina os resultados e desempenho económico das UPIs a partir de suas contas de exploração.

1. PRINCIPAIS COMPONENTES ECONÓMICOS DO SECTOR INFORMAL

Em 2015, a distribuição das UPIs por sector de actividade é relativamente equilibrada. O sector dos serviços representa 28,5%, abaixo, mas não muito distante do setor do comércio que, com 34,9% é representado quase ao mesmo nível que o setor da indústria (36,6%).

Esta estrutura parece ter-se modificado desde 2009. Observou-se, que parece ter havido uma transferência das UPIs do sector comercial, que representava um pouco mais da metade (51,5%) das UPIs para o sector dos serviços, em que a proporção duplicou em 2015 (passando de 14,6% para 28,5%). Contudo, a alteração na estrutura, que tradicionalmente é considerada rígida, se for verdade, pode ser devido à dificuldade técnica-metodológica na classificação e distinção de certas actividades entre os dois sectores.

O ramo de actividades que tem o maior número de UPIs é o do comércio a retalho, que também é a parte mais visível do sector informal, ao longo dos anos.

O meio urbano é o mais propício à criação de unidades informais, onde se observa que, em 2015, em cada 10 UPI criadas, 8 pertencem ao referido meio. A grande população dos centros urbanos, a diversidade dos modos de vida e a maior propensão ao consumo, bem como às dificuldades de sobrevivência, favorecem, de facto, o desenvolvimento de pequenas actividades geradoras de rendimentos.

A estrutura do volume de negócios anual do informal é diferente da distribuição das UPIs. Com efeito, mais de metade (53,3%) do volume de negócios anual do sector informal é realizado por UPIs no sector comercial, em particular o dos pequenos comércios (comércio a retalho, com 34,7% e outros comércios a retalho, com 17,9%) (Tabela 26).

O sector dos serviços representa um quarto (24,9%) do volume de negócio anual, enquanto o sector industrial, proporcionalmente o mais representado em efetivos de UPIs, representa a menor parte do volume de negócio anual em 2015 (21,8%).

De acordo com o meio de residência, três quartos do volume de negócios anual do sector informal são realizados no meio urbano, por cerca de 80% de efetivo de UPIs, enquanto no meio rural 25,4% do volume de negócios anual é realizado por 20,4% de UPIs.

Em relação à produção anual de bens e serviços do sector informal, observa-se que o sector de indústria contribui com 17,1%, enquanto o sector de serviços contribui com cerca de 23,6% e, o sector do comércio, por sua vez, contribui com a maior fatia (59,3%) do valor da produção anual de bens e serviços, em 2015. Essas proporções são um pouco diferentes das verificadas, em 2009, mas a estrutura geral manteve-se.

O valor acrescentado, definida como a diferença entre produção e o consumo intermédio (valor de todos os bens e serviços transformados ou inteiramente consumidos durante o processo de produção), permite avaliar melhor a contribuição do sector informal na economia, em termos de criação de riqueza. Assim, observa-se que o sector do comércio é o mais contributivo do setor na riqueza nacional (72,5%), particularmente o ramo do comércio a retalho de produtos alimentares (46,7%), enquanto os sectores de serviços e da indústria contribuem com 17,7% e 9,8% respetivamente.

A dinâmica dos ramos de actividades em relação à sua contribuição para o valor acrescentado do sector informal, mostra que sector do comércio a retalho de produtos alimentares teve maior predominância em 2009 (58,2%), comparativamente a 2015 (46,7%). O crescimento do sector do comércio a retalho de produtos alimentares de 2009 a 2015, está ligado a um forte crescimento da parte do comércio a retalho não alimentar.

Tabela 26 - Evolução da estrutura (%) e volume de negócio da produção e do valor acrescentado anual, por sector, ramo de actividade e meio de residência. Cabo Verde, 2009 e 2015

	Estrutura das UPI		Estrutura do volume de negócio anual		Estrutura da produção anual		Estrutura do valor acrescentado anual	
	2009	2015	2009	2015	2009	2015	2009	2015
Sector e ramo de actividade								
Indústria	33,9	36,6	30,9	21,8	27,9	17,1	24,8	9,8
Extração	11,8	3,3	2,9	1,0	3,2	1,1	3,9	1,4
Agro-alimentar	4,1	18,8	3,1	11,7	2,6	8,0	1,9	1,8
Confeção	10,0	8,5	8,8	6,6	6,0	5,2	1,5	3,3
Construção	8,0	6,1	16,0	2,5	16,1	2,7	17,5	3,2
Comércio	51,5	34,9	57,8	53,3	61,1	59,3	67,9	72,5
Comércio a grosso	0,6	0,3	1,7	0,7	1,7	0,7	1,8	0,9
Com. a retalho	42,4	13,5	49,7	34,7	52,5	38,6	58,2	46,7
Outros com. Retalho	8,5	21,1	6,4	17,9	6,9	20,0	8,0	24,9
Serviços	14,6	28,5	11,3	24,9	11,0	23,6	7,2	17,7
Transportes	3,2	3,2	4,6	5,8	4,8	6,5	2,9	5,2
Hospedagem /Restauração	3,0	4,1	2,5	7,2	1,8	5,0	0,6	1,0
Reparação	3,2	4,0	1,8	2,0	1,9	1,9	1,8	1,5
Outros serviços	5,2	17,3	2,5	10,0	2,5	10,3	1,9	10,2
Meio								
Urbano	63,6	79,6	65,6	74,8	63,7	73,3	59,0	70,5
Indústria	18,0	28,6	24,2	17,9	21,6	13,9	18,6	7,7
Comércio	33,2	25,5	31,6	34,7	32,7	38,6	34,3	46,6
Serviços	12,4	25,5	9,8	22,2	9,4	20,8	6,1	16,2
Rural	36,4	20,4	34,4	25,2	36,3	26,7	41,0	29,5
Indústria	15,9	8,0	6,7	3,9	6,3	3,2	6,3	2,1
Comércio	18,3	9,4	26,1	18,6	28,5	20,7	33,6	25,9
Serviços	2,2	3,0	1,6	2,7	1,5	2,8	1,1	1,6
Cabo Verde	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

A forte queda (em cerca de 15 pontos percentuais) na contribuição do sector industrial na criação do valor acrescentado no sector informal, entre 2009 e 2015, é o resultado da redução da contribuição do ramo da construção, que passou de 17,5% para 3,2%.

A contribuição sector dos serviços à criação do valor acrescentado do informal aumentou em 10,5 pontos percentuais de 2009 para 2015 (passando de 7,2% para 17,7%). Este aumento, deveu-se essencialmente ao aumento da contribuição do sector dos transportes que quase duplicou (passando de 2,9% para 5,2%), e de outros serviços, que quintuplicou (passando de 1,9% para 10,2%).

A distribuição do valor acrescentado por meio de residência mostra que, em 2015, o meio urbano contribui com 70,5%, para a valor acrescentado anual. Esta contribuição representa 10 pontos percentuais superior ao valor registado em 2009.

Os dados sobre a actividade económica foram recolhidos para cada UPI durante um mês. A extrapolação anual destes dados foi feita mediante algumas hipóteses, levando em conta o número efetivo de meses de actividade das UPIs, os últimos 12 meses que precederam o inquérito. Portanto, aconselha-se a analisar o desempenho do sector informal em uma base mensal, ao invés de anual.

2. DESEMPENHO DAS UNIDADES INFORMAIS

Uma empresa caracteriza-se principalmente pelo processo de produção. Assim, o seu desempenho pode analisado segundo vários aspectos, por exemplo, a eficiência, a produtividade e a rentabilidade global. O inquérito recolheu informações sobre a produtividade e a rentabilidade das UPIs. Esta secção analisa o desempenho do sector informal na ótica de produção, custos de produção e indicadores relacionados com a riqueza gerada.

2.1. ESTRUTURA DE PRODUÇÃO MENSAL

A análise do nível e da estrutura do volume de negócios, da produção e do valor acrescentado na base mensal (mês anterior à visita do agente inquiridor), geralmente, revela tendências semelhantes às obtidas numa base anual, mas com algumas diferenças.

O montante global mensal do volume de negócios do sector informal é estimado em 2 376 milhões de ECV. Metade do volume de negócios mensal é realizada pelo sector de comércio, a outra metade é dividida igualmente entre os sectores da indústria e o dos serviços. Cerca de 80% do volume de negócios mensal é realizado no meio urbano. A contribuição do sector comercial é predominante, tanto no meio urbano como no meio rural.

Quanto à produção, observa-se que seu valor mensal é estimado em 1 491 milhões de ECV. A sua distribuição por sector de actividade é diferente da distribuição do volume de negócios, uma vez que o sector industrial contribui por 37,9%, enquanto os sectores dos serviços e do comércio contribuem respetivamente com 34,4%, e 27,8%.

Tabela 27 - Estrutura do volume de negócios, da produção e do valor acrescentado mensal por ramo de actividade e meio de residência. Cabo Verde, 2015

	Volume de negócios		Produção		valor acrescentado	
	Montante (Em milhões de ECV)	%	Montante (Em milhões de ECV)	%	Montante (Em milhões de ECV)	%
Sectores e ramos de actividades						
Indústria	580,9	24,5	564,4	37,9	506,9	41,7
Extração	28,6	1,2	28,6	1,9	26,5	2,2
Agro-alimentar	290,1	12,2	274,1	18,4	236,7	19,5
Confeções	179,2	7,5	179,2	12,0	167,2	13,8
Construção	81,5	3,4	81,0	5,4	75,4	6,2
Comércio	1 214,8	51,1	414,2	27,8	319,7	26,3
Comércio a grosso	16,3	0,7	4,1	0,3	3,2	0,3
Com. A retalha produtos alimentares	695,1	29,3	225,6	15,1	162,5	13,4
Outros Com a retalho	503,3	21,2	184,6	12,4	154,0	12,7
Serviços	580,3	24,4	512,3	34,4	388,7	32,0
Transporto	136,1	5,7	136,1	9,1	81,1	6,7
Hospedagem /Restauração	179,7	7,6	158,8	10,6	131,5	10,8
Reparação	52,8	2,2	52,4	3,5	44,6	3,7
Outros serviços	1,5	0,1	1,5	0,1	1,2	0,1
Meio						
Urbano	1 894,7	79,7	1 231,0	82,6	1 018,4	83,8
Indústria	479,4	20,2	470,0	31,5	421,1	34,7
Comércio	904,5	38,1	312,1	20,9	242,3	19,9
Serviços	510,8	21,5	448,9	30,1	354,9	29,2
Rural	481,3	20,3	259,9	17,4	197,0	16,2
Indústria	101,6	4,3	94,4	6,3	85,7	7,1
Comércio	310,2	13,1	102,2	6,9	77,4	6,4
Serviços	69,5	2,9	63,3	4,2	33,8	2,8
Total	2 376,0	100,0	1 490,9	100,0	1 215,3	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

A análise por ramos de actividades mostra que, a indústria agro-alimentar, que inclui as actividades de transformação dos produtos agrícolas, tal como a produção de "grogue" a partir da cana de açúcar, é o mais produtivo em valor. Este ramo representa 18,4% do valor da produção mensal no sector informal, seguido pelo comércio a retalho de produtos alimentares, com 15,1% do valor da produção mensal do sector informal. Seguem o comércio a retalho (com 12,4%), as confeções (12,0%), hospedagem / restauração (10,6%) e transporte (9,1%). Em última análise, pode-se dizer que o conjunto das actividades referentes ao "pequeno comércio" predomina no sector informal.

O valor acrescentado no sector informal corresponde a um montante mensal na ordem dos 1 215 milhões ECV. A sua estrutura é semelhante à da produção. O sector industrial,

com cerca de 42%, contribui mais para a criação de riqueza no sector informal a um nível mensal, comparativamente aos outros sectores.

2.2. ESTRUTURA DOS CUSTOS MENSAIS DA PRODUÇÃO

A produção de bens e serviços exige a mobilização dos factores de produção. Esta mobilização é acompanhada pelo consumo intermédio (que designa o valor dos bens e serviços transformados ou inteiramente consumidos ao longo do processo de produção), da massa salarial paga aos empregados, dos impostos e taxas pagos pela UPI. Estas três últimas rúbricas constituem, entre outros, os custos suportados pela IPU durante a produção.

A Tabela 28 mostra que o sector informal consagra 275,6 milhões ECV por mês ao consumo intermédio. A maior parte deste montante (44,8%) é consumida no sector dos serviços. O sector do comércio tem uma quota de 34,3%, enquanto o sector da indústria representa 20,9% do consumo intermédio.

Os ramos do comércio a retalho e dos transportes geram mais da metade (22,9% + 11,1% + 20,0%) do valor do consumo intermédio mensal, do setor informal. Isto é devido, essencialmente ao transporte e à movimentação de mercadorias no comércio a retalho e da compra de combustível para transporte.

A massa salarial mensal (no mês que precedeu a passagem do agente inquiridor) paga aos trabalhadores das UPIs é de 85,3 milhões ECV. O sector dos serviços contribuiu, sozinho, com mais da metade da massa salarial (53,1%). O sector industrial contribuiu com 31,2 milhões ECV na remuneração mensal total paga aos empregados, ou seja, uma quota de 36,6%. O sector do comércio contribuiu apenas com a 10ª parte (10,3%) do montante total de remunerações pagas aos empregados. Isto é provavelmente devido à dimensão reduzida das UPIs deste sector, sendo 90,3% delas compostas unicamente dos seus promotores (Tabela 28).

Considerando os impostos e as contribuições pagos mensalmente, observa-se que a contribuição do sector informal é considerável. As UPIs pagaram no total, 19,7 milhões ECV de impostos e contribuições para um mês de actividade.

O sector comercial contribuiu, sozinho, com cerca de 59% deste montante. O número relativamente elevado de UPIs neste sector, associado ao modo de exercício das suas actividades (particularmente nos mercados urbanos e na periferia de grandes faixas de tráfego), favorecem o pagamento de impostos, particularmente os impostos locais recolhidos diretamente no local da actividade.

Tabela 28 - Estrutura dos custos mensais da produção por sector, ramo de actividade e meio de residência, Cabo Verde, 2015

	Consumo intermédio		Massa salarial		Impostos e taxas		Excedente bruto de exploração	
	Montante (em milhões ECV)	%	Montante (em milhões ECV)	%	Montante (em milhões ECV)	%	Montante (em milhões ECV)	%
Sectores e ramos de actividades								
Indústria	57,5	20,9	31,2	36,6	1,7	8,9	473,9	42,7
Extracção	2,1	0,7	2,8	3,3	0,0	0,0	23,6	2,1
Agro-alimentar	37,4	13,6	3,9	4,6	0,6	3,3	232,1	20,9
Confeções	12,0	4,4	6,5	7,6	1,1	5,6	159,6	14,4
BTP	5,7	2,1	17,9	21,0	0,0	0,0	57,5	5,2
Comércio	94,5	34,3	8,8	10,3	11,6	58,9	299,3	27,0
Comércio a grosso	0,9	0,3	0,3	0,3	0,0	0,2	2,9	0,3
Com. A retalha produtos, alimentares	63,1	22,9	4,3	5,1	8,3	42,2	149,9	13,5
Outros Com a retalho	30,6	11,1	4,2	4,9	3,3	16,6	146,6	13,2
Serviços	123,5	44,8	45,3	53,1	6,3	32,2	337,1	30,3
Transportes	55,0	20,0	26,2	30,7	2,5	12,8	52,4	4,7
Hospedagem /Restauração	27,2	9,9	9,5	11,2	1,5	7,5	120,5	10,9
Reparação	7,8	2,8	6,7	7,8	0,5	2,8	37,4	3,4
Outros serviços	33,8	12,2	2,9	3,4	1,8	9,1	127,9	11,5
Meio								
Urbano	212,7	77,2	66,1	77,5	13,2	67,0	939,1	84,6
Indústria	48,9	17,7	20,7	24,3	1,6	8,2	398,8	35,9
Comércio	69,8	25,3	5,2	6,1	7,4	37,7	229,7	20,7
Serviços	94,0	34,1	40,1	47,1	4,1	21,0	310,7	28,0
Rural	62,9	22,8	19,2	22,5	6,5	33,0	171,3	15,4
Indústria	8,7	3,1	10,4	12,2	0,1	0,7	75,2	6,8
Comércio	24,7	9,0	3,6	4,2	4,2	21,2	69,7	6,3
Serviços	29,6	10,7	5,2	6,1	2,2	11,2	26,4	2,4
Total	275,6	100,0	85,3	100,0	19,7	100,0	1110,4	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

O excedente bruto de exploração (EBE) é, por definição, o que resta após a dedução das despesas de exploração. Representa o rendimento misto do promotor da UPI porque paga o seu trabalho e o capital investido.

A Tabela 28 mostra que o montante do EBE gerado num mês, no sector informal, é de 1 110, 4 milhões de ECV. Cerca de 474 milhões ECV são acumulados pelos promotores do sector industrial, representando 42,7%. Os promotores do sector dos serviços acumularam 30,3% e os do sector comercial acumularam 27,0% do montante mensal total do EBE. O ramo de transformação agro-alimentar, composto principalmente de produtores de "grogue", tem a maior parte (20,9%) do montante de EBE. A importância

deste sector da economia de Cabo Verde contribui muito para a geração de renda para os seus promotores.

Dependendo do meio de residência, mas também dos dados mensais do volume de negócios, da produção e do VA, observa-se que os valores mensais dos elementos do custo de produção são, em grande, parte registados no meio urbano. Com efeito, observa-se que no meio urbano 67,0% dos custos de produção dizem respeito aos impostos e contribuições, 84,6% dos custos de produção correspondem ao EBE, enquanto 77,2% e 77,5% dos custos de produção correspondem, respectivamente, ao consumo intermédio e à massa salarial (Tabela 28).

A taxa de valor acrescentado é calculada como sendo a razão entre o valor acrescentado e a produção. Esta taxa permite medir o desempenho das UPIs em matéria de criação de riqueza. Ao nível nacional, esta taxa é de 0,82 para o sector informal (Tabela 29). Esta taxa cresceu cerca de 11 pontos percentuais de 2009 para 2015, que pode traduzir-se em aumento no desempenho das UPIs durante estes últimos anos.

Gráfico 15 - Evolução da taxa do valor acrescentado (%). Cabo Verde, 2009 e 2015



Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

O aumento global do desempenho do sector informal diz respeito a todos os sectores de actividade, mas de forma diferenciada. Com efeito, a taxa de valor acrescentado dos sectores dos serviços e da indústria aumentaram fortemente (17 e 15 pontos percentuais respectivamente) de 2009 para 2015, enquanto o sector do comércio aumentou 6 pontos percentuais no mesmo período. Assim, parece evidente que o sector da indústria é o mais eficiente em termos de criação de riqueza (Tabela 29).

A diferença de 7 pontos percentuais entre a taxa de valor acrescentado das UPIs no meio urbano e no meio rural é nítida. Contudo, esta diferença é menor da que tinha sido observada em 2009, que era de 15 pontos percentuais, a favor das UPIs do meio rural.

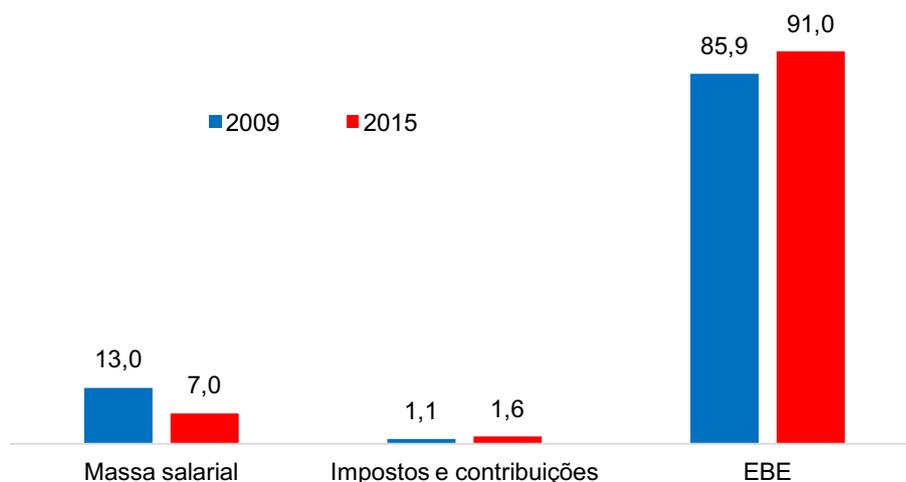
A distribuição do valor acrescentado nos três ramos identificados no gráfico 16 indica que 7,0% deste valor é destinado à remuneração dos empregados, enquanto 1,6% reservado ao pagamento de impostos e contribuições e, 91,0% constitui o excedente bruto de exploração (lucro). Esta estrutura não mudou muito de 2009 para 2015

Nos sectores da indústria e do comércio, regista-se a mesma proporção do valor acrescentado é atribuída ao EBE. No entanto, o sector industrial concede uma parte mais importante (6,2%) aos trabalhadores e uma parte muito pequena (0,3%) aos de impostos. Todavia, o sector dos serviços é a que consagra maior parte do VA (11,7%) à remuneração do pessoal (Tabela 28).

Tabela 29 - Estrutura da produção e dos custos mensais por ramo de actividade e meio de residência, Cabo Verde, 2015

	Taxa de valor acrescentado (%)	Repartição do valor acrescentado (%)			
		Massa salarial	Impostos e contribuições	EBE	Total
Sectores e ramos de actividades					
Indústria	90	6,2	0,3	93,5	100,0
Extração	93	10,8	0,0	89,2	100,0
Agro-alimentar	86	1,7	0,3	98,1	100,0
Confeções	93	3,9	0,7	95,4	100,0
BTP	93	23,7	0,0	76,3	100,0
Comércio	77	2,7	3,6	93,6	100,0
Comércio a grosso	78	9,3	1,0	89,7	100,0
Com. A retalha prod, alimentares	72	2,7	5,1	92,2	100,0
Outros Com a retalho	83	2,7	2,1	95,2	100,0
Serviços	76	11,7	1,6	86,7	100,0
Transporto	60	32,3	3,1	64,6	100,0
Hospedagem /Restauração	83	7,3	1,1	91,6	100,0
Reparação	85	15,0	1,2	83,8	100,0
Outros serviços	80	2,2	1,4	96,4	100,0
Meio					
Urbano	83	6,5	1,3	92,2	100,0
Indústria	90	4,9	0,4	94,7	100,0
Comércio	78	2,1	3,1	94,8	100,0
Serviços	79	11,3	1,2	87,5	100,0
Rural	76	9,7	3,3	87,0	100,0
Indústria	91	12,2	0,2	87,7	100,0
Comércio	76	4,6	5,4	90,0	100,0
Serviços	53	15,3	6,5	78,2	100,0

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

Gráfico 16 - Evolução da repartição do valor acrescentado (%). Cabo Verde, 2009 e 2015

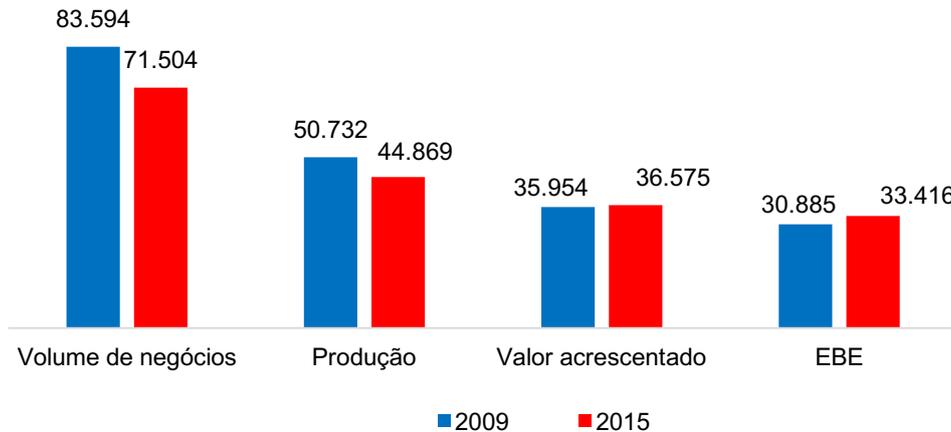
Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

2.3. INDICADORES MÉDIOS DE DESEMPENHO ECONÓMICO DAS UPIS

O desempenho das UPIS é avaliado pelo nível de actividade e os indicadores de produtividade e de rentabilidade. O nível de actividade traduz-se pelo volume de negócios, a produção e o valor acrescentado, enquanto os indicadores de produtividade dizem respeito à produtividade aparente do trabalho e ao capital e, os indicadores da rentabilidade medem o desempenho na utilização racional de capital ou do trabalho.

Do gráfico 17, observa-se que, em 2015, o volume de negócios médio mensal por UPI é de 71 504 ECV. Este valor reduziu em cerca de 12 000 ECV em relação a 2009.

O sector do comércio é aquele que produz maior o volume de negócios médio mensal por das UPI (104 752 ECV), correspondente a um valor que é claramente superior aos valores dos outros sectores e ao valor da média nacional (Tabela 30). No entanto, de acordo com os ramos de actividades, observa-se que os serviços de hospedagem /restauração (com 131 419 ECV) e o dos transportes (com 129 074 ECV) são os ramos do sector dos serviços que mais se aproximam dos ramos do comércio a retalho de produtos alimentares (com 154 936 ECV) e o do comércio a grosso (com 193 921 ECV). Este último ramo é o com maior volume de negócios médio mensal por UPI. A variação do volume de negócio médio mensal por meio de residência, não parece ser reveladora.

Gráfico 17 - Evolução de alguns indicadores médios (em ECV) do nível de actividade das UPIs, Cabo Verde, 2009 e 2015

Fonte: INE, IMC 2015, SI, 2009, módulo sector informal

A produção média mensal por UPI é de 44 869 ECV ao nível nacional, sendo igualmente inferior relativamente ao valor constatado em 2009 (50 732 ECV). O sector dos serviços tem maior valor da produção média mensal relativamente aos outros sectores, em particular graças aos ramos de transporte e de hospedagem /restauração, que são os únicos a excederem os 100 000 ECV de produção mensal. Quando se analisa por meios de residência, observa-se que há diferença do valor de produção médio entre as UPIs urbanas (46 550 ECV) e as UPIs rurais (38 314 ECV).

Se as médias mensais do volume de negócios e da produção mensal por UPI variaram entre 2009 e 2015, as do valor acrescentado e do EBE mantiveram-se relativamente estáveis. Ao nível nacional, o VA mensal médio é de 36 575 ECV. Este valor é mais ou menos o mesmo no sector da indústria (41 651 ECV) e no dos serviços (41 083 ECV), enquanto no sector do comércio o valor é relativamente menor (27 570 ECV). O ramo de actividades que gera mais riqueza, em média por UPI é o da hospedagem /restauração, cujas UPIs produzem, em média, 96 226 ECV de VA por mês.

Tabela 30 - Alguns indicadores médios do nível de actividade das UPIs por ramo de actividades e meio de residência (valor médio mensal por UPI em ECV). Cabo Verde, 2015

	Volume de negócios	Produção	Valor acrescentado	EBE
Sectores e ramos de actividades				
Indústria	47 738	46 378	41 651	38 944
Extração	26 436	26 436	24 530	21 892
Agro-alimentar	46 475	43 905	37 908	37 176
Confeções	63 766	63 751	59 477	56 765
BTP	40 394	40 168	37 358	28 491
Comércio	104 752	35 722	27 570	25 814
Comércio a grosso	193 921	48 500	37 829	33 931
Com. A retalha prod, alimentares	154 936	50 279	36 224	33 416
Outros Com a retalho	71 640	26 274	21 921	20 862
Serviços	61 324	54 138	41 083	35 624
Transporto	129 074	129 074	76 900	49 702
Hospedagem /Restauração	131 419	116 139	96 226	88 160
Reparação	39 982	39 702	33 786	28 312
Outros serviços	37 011	28 840	22 987	22 161
Meio				
Urbano	71 646	46 550	38 509	35 512
Indústria	50 421	49 433	44 292	41 940
Comércio	106 802	36 851	28 608	27 119
Serviços	60 317	53 015	41 917	36 688
Rural	70 952	38 314	29 036	25 247
Indústria	38 154	35 469	32 216	28 244
Comércio	99 201	32 666	24 758	22 281
Serviços	69 900	63 697	33 977	26 558

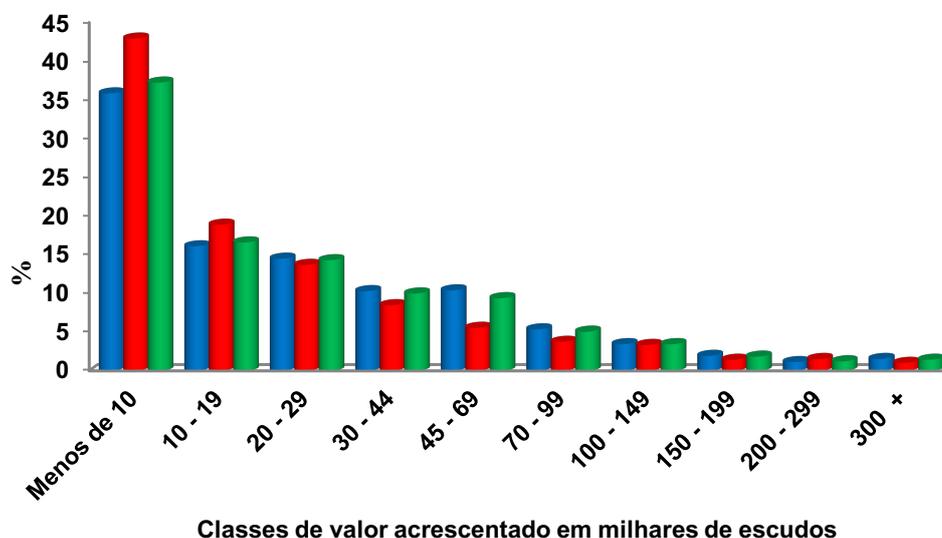
Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

O montante médio mensal de EBE por UPI é de 33 416 ECV no geral (Gráfico 17). Este montante é o rendimento misto por promotor e, é cerca de três vezes superior ao salário mínimo nacional, fixado em 11 000 ECV. Embora o EBE paga tanto o trabalho como o capital investido pelo promotor da UIP, parece que é mais benéfico iniciar uma actividade informal que de encontrar um emprego assalariado pago com o salário mínimo.

O EBE mensal médio por UPI do sector da indústria é superior ao EBE das UPIs do sector dos serviços, em cerca de 3 000 ECV, que por sua vez tem um EBE superior ao de certas UPIs do setor do comercio.

A distribuição das UPIs de acordo com as classes de VA (Gráfico 18) mostra que uma parte significativa de UPIs (mais de um terço) geram menos de 10.000 ECV de VA mensalmente.

Gráfico 18 - Distribuição (%) das UPIs de acordo com o montante do valor acrescentado mensal por meio de residência. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

A avaliação do desempenho das UPI por tipo de trabalho (Tabela 31) mostra que, globalmente, as UPIs salarizadas (compostas pelo promotor e empregados assalariados) são as mais bem-sucedidas. Se, por um lado, elas têm, em média, um volume de negócios e uma produção inferior às UPIs mistas (compostas pelo promotor, empregados assalariados e não assalariados), por outro lado o VA e os lucros que geram são, em média, superiores aos das UPIs salarizadas.

No entanto, uma espécie de escala é estabelecida e indicaria as etapas de possível evolução das UPIs:

1. Na primeira - observa-se a fase do auto-emprego (promotor sozinho) com um volume de negócios, uma produção e uma rentabilidade reduzidos;
2. De seguida, a fase não salarial (promotor e pessoal não assalariados), que envolve, além do promotor outras pessoas não assalariadas, geralmente da sua família. Nesta fase, os valores mensais dos indicadores de produção e de rentabilidade são nitidamente melhorados, quase o dobro daquela da etapa anterior.
3. Finalmente, segue-se a fase salarial ou mista (promotor e assalariados só ou com os empregados não assalariados). Esta organização é semelhante a das

empresas do sector formal. Nesta fase, os valores mensais de indicadores de produção e de rentabilidade são também significativamente melhorados relativamente à etapa anterior; são, em média triplicados.

Tabela 31 - Indicadores de desempenhos (em ECV mensal) das UPIs consoante o tipo de emprego meio de residência. Cabo Verde, 2015

Meio e tipo de UPI	Volume de negócios		Produção		Valor acrescentado		EBE	
	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
Urbano	71 646	34 527	46 550	23 200	38 509	18 520	35 512	18 460
Auto emprego	58 818	33 200	35 137	20 000	29 961	18 050	28 968	17 910
Não assalariado	120 512	98 275	67 168	47 197	55 559	29 997	54 359	29 997
Salarial	199 787	100 000	180 187	76 500	156 927	64 886	122 819	52 886
Misto	333 910	314 000	317 123	314 000	60 831	260 350	26 254	179 350
Rural	70 952	30 000	38 314	18 000	29 036	13 000	25 247	11 760
Auto emprego	55 779	26 000	29 018	14 716	20 843	10 990	18 765	10 000
Não assalariado	89 089	44 820	46 787	30 000	40 101	29 800	37 645	25 855
Salarial	236 509	77 500	134 390	74 100	108 236	39 000	86 811	28 712
Misto	143 291	167 825	143 291	167 825	118 369	126 420	65 130	56 820
Cabo Verde	71 504	34 060	44 869	20 947	36 575	18 050	33 416	18 000
Auto emprego	58 224	32 000	33 940	19 173	28 177	16 032	26 971	15 000
Não assalariado	110 964	91 000	60 975	34 800	50 862	29 997	49 280	29 997
Salarial	207 983	100 000	169 966	76 500	146 059	63 240	114 782	46 750
Misto	277 881	169 000	266 028	169 000	77 744	126 420	37 681	95 830

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

2.4. PRODUTIVIDADE APARENTE

A produtividade aparente é a medida da riqueza criada por unidade de factor de produção. A análise será realizada para cada um dos factores, separadamente. O termo "aparente", lembra que a produtividade depende de todos os factores de produção e a forma como eles são combinados.

A produtividade aparente do trabalho é geralmente calculada dividindo a riqueza criada pelo factor trabalho. A riqueza criada é medida pelo valor acrescentado e o factor trabalho que pode ser quantificada, essencialmente, de duas maneiras: (i) pelo número de horas trabalhadas (chamado de "produtividade horária aparente do trabalho") ou (ii) pelo número de pessoas em emprego (pessoas físicas), chamado de "produtividade per capita."

A produtividade aparente per capita do sector informal é de 28 932 ECV em 2015. Ela melhorou-se no valor actual de mais de 5 000 ECV, em relação a 2009. As diferenças não são muito significativas quando comparadas por sector de actividades, mas em alguns ramos de actividade, por exemplo o ramo das Hospedagem /Restauração e das

confeções, são mais produtivas por trabalhador (ver tabela 4.7). De acordo com o meio de residência, as UPI urbanas têm uma produtividade aparente per capita significativamente superior às UPI rurais. Esta diferença está relacionada com o desempenho na criação do VA, uma vez que a diferença é quase a mesma ao nível da média dos VA entre os dois meios.

Tabela 32 - Produtividade aparente e lucro das UPIs (valor médio mensal por UPI em ECV) por ramo de actividades e meio de residência. Cabo Verde, 2015

	Produtividades aparentes			lucro	
	VA/L1	VA/L2	VA/K	per capita	por unidade de capital
Sectores e ramos de actividades					
Indústria	30 945	294,6	16,1	29 877	16,0
Extração	20 354	147,8	15,5	18 990	14,9
Agro-alimentar	30 841	338,1	24,3	30 579	24,2
Confeções	44 028	279,6	7,5	42 374	7,4
BTP	18 408	262,5	4,1	15 811	3,8
Comércio	27 380	179,5	28,7	25 855	28,0
Comércio a grosso	33 052	394,3	0,3	29 154	0,0
Com. A retalha prod, alimentares	37 181	170,9	30,7	34 945	29,6
Outros Comércio a retalho	21 054	182,5	27,4	20 011	26,9
Serviços	28 245	230,2	35,8	25 803	35,6
Transporto	39 439	296,9	20,3	28 835	18,8
Hospedagem /Restauração	55 523	347,1	8,3	52 520	8,0
Reparação	24 563	164,4	50,9	21 698	50,9
Outros serviços	20 513	206,6	43,0	19 807	42,9
Meio					
Urbano	30 822	250,1	27,5	29 415	27,2
Indústria	33 215	318,4	17,8	32 391	17,7
Comércio	29 847	192,3	26,9	28 494	26,3
Serviços	29 111	228,2	39,7	26 994	39,4
Rural	21 563	185,2	19,9	19 121	19,2
Indústria	22 836	209,1	10,6	20 896	10,3
Comércio	20 699	146,4	33,3	18 709	32,2
Serviços	20 871	245,3	3,2	15 666	3,2
Cabo Verde	2015	28 932	236,5	25,8	27 313
	2009	23 673	199,1	10,5	22 341

Nota: VA: Valor acrescentado. L1: número de trabalhadores. L2: número de horas por mês. K: valor do capital ao custo de substituição. O rácio VA / L1 é exprimido em ECV / trabalhador. O rácio VA / L2 é exprimido em ECV / hora, enquanto o rácio VA / L3 é exprimido em ECV por unidade de capital.

Fonte: INE, IMC 2015, módulo sector informal

Em relação à produtividade horária aparente, uma hora trabalhada no sector informal, em 2015, é valorizada, em média, a 236,5 ECV. Este valor cresceu 19% em relação ao valor de 2009, que era 199,1 ECV. A produtividade horária aparente varia

significativamente entre os entre os sectores. Uma hora de trabalho na indústria cria mais riqueza do que nos serviços ou no comércio. A produtividade horária aparente é tradicionalmente baixa no sector informal. Com efeito, algumas actividades comerciais são praticadas como um "passatempo", enquanto outras são exercidas paralelamente como ou não uma ocupação caseira (caso das vendas em casa onde o promotor executa as tarefas domésticas e muitas vezes tem de parar para vender, quando há um cliente).

A produtividade aparente horária é muito alta, ou seja, acima de 300 ECV para os seguintes ramos de actividades: comércio a grosso (394,4 ECV), Hospedagem /Restauração (347,1 ECV) e indústria agro-alimentar (338,1 ECV). Ela é, no entanto, particularmente baixa para o ramo da extração (147,8 ECV).

A produtividade aparente do capital é medida dividindo o valor acrescentado pelo capital utilizado no processo de produção (avaliado ao custo de substituição). Ela é de 25,8 ECV ao nível nacional. Isto significa que, em média, um escudo investido gera 25,8 ECV do VA (correspondendo ao mesmo padrão que o verificado em outros lugares). Este valor cresceu em relação a 2009, que era de 10,5 ECV. A produtividade aparente do capital é mais elevada nos serviços, sector pouco capitalista, e mais baixos na indústria, sector mais capitalista.

Dois outros indicadores que permitem avaliar a rentabilidade das actividades do sector informal são o lucro per capita e os lucros por unidade de capital (Tabela 4.7).

O lucro per capita é calculado dividindo o EBE pelo número de trabalhadores. O lucro médio mensal gerado no sector informal é, de 27 313 ECV por UPI. O lucro per capita aumentou quase de 5 000 ECV em relação a 2009. O sector industrial gera um lucro per capita superior, em cerca de 4 000 ECV em comparação com os outros dois sectores, que são semelhantes. O ramo de actividade mensalmente mais rentável por trabalhador é o da Hospedagem /Restauração, com lucro mensal per capita a rondar os 52 520 ECV. A diferença de lucro médio mensal per capita entre as UPIs urbanas e rurais é de cerca de 8 500 ECV, a favor das UPIs urbanas. Esta diferença aumentou em relação a 2009, porque o lucro médio per capita das UPIs urbanas aumentou, enquanto o das UPIs rurais reduziu.

O lucro por unidade de capital é avaliado dividindo o EBE pelo capital investido. Ele permite medir a rentabilidade económica da UPI. Uma unidade de ECV investido como capital faz 25,5 ECV de lucro mensal, em 2015. Este valor foi simplesmente multiplicado

por 3, em comparação com o inquérito anterior (2009). Dada a demografia das UPIs, com uma alta proporção de criações recentes de UPIs, esta evolução sugere que as UPIs mais recentes têm um capital produtivo mais rentável.

O SETOR INFORMAL E O ESTADO

A dinâmica das relações entre o sector informal e o Estado foi, na origem, marcada por litígios, pelo facto deste sector ser considerado como um sector a concorrência desleal perante o sector formal. Posteriormente, o peso do sector informal na economia tem aumentado gradualmente, permitindo aliviar, em certa medida, o governo na problemática e assunto espinhoso de desemprego. Se por um lado ele permite a um grande número de indivíduos de exercer uma actividade, contribuindo para a redução do desemprego, por outro lado, a sua fraca contribuição nas receitas do Estado é o ponto de controvérsia entre o Estado e os promotores do sector informal. Este capítulo descreve os modos de cooperação entre o sector informal e o Estado.

1. O REGISTO DE ACTIVIDADE

A fim de resolver os problemas fiscais relacionados com as UPIs, os poderes públicos jogam no método da sua integração nos circuitos formais, tornando obrigatório a criação de qualquer unidade de produção. Por exemplo, para facilitar o registo dessas unidades de produção, todas as condições foram criadas na "casa de Cidadão", permitindo que os promotores criem suas empresas, em tempo recorde. Trata-se da forma jurídica que irá assumir o formato, com o registo que permitirá atribuir a cada unidade um número de identificação fiscal, para o seu funcionamento efectivo. Outros instrumentos apropriados e adaptados, foram introduzidas, em particular a introdução do regime simplificado para as micro e pequenas empresas, no sistema tributário.

2. A INSCRIÇÃO NOS REGISTOS ADMINISTRATIVOS

O presente inquérito considerou a existência de cinco tipos de registos administrativos: o número de contribuinte, o registo comercial, o registo municipal (Câmara Municipal), o registo de empregados afiliados ao INPS e a existência de uma conta bancária. Cada um destes tipos de registo determina a intensidade dos vínculos institucionais que o sector informal tem com o Estado. Se o registo na Câmara Municipal denota de uma organização e de uma estruturação das unidades de produção, o Registo de Comércio refere-se ao registo legal, enquanto a existência do número de contribuinte estipula que a unidade de produção é funcional. Para a conta bancária, trata-se de um elemento essencial, especialmente para as UPIs que pretendem solicitar um crédito.

De uma forma geral, as UPIs identificadas são desconhecidas de toda a administração. A afiliação mais frequente corresponde ao registo na Câmara Municipal, onde apenas 15,7% das unidades informais estão inscritas. No entanto, se as UPI não são registadas, isso não significa que eles não cumprem com as suas obrigações fiscais. Na verdade, elas são 12,8% que pagaram um tipo de imposto, sabendo que houve uma queda considerável de contribuintes em relação a 2009.

3. MOTIVOS DO NÃO REGISTO

Supõe-se, frequentemente, que a informalidade era o efeito de rigor excessivo da regulamentação, nomeadamente as taxas e impostos excessivos no sector formal, e uma vontade deliberada dos operadores do sector informal de contornar a lei. Esta tese é parcialmente desmentida no caso de Cabo Verde. Para a maioria dos tipos de registos considerados, mais de 50% dos promotores das UPIs não conhecem a regulamentação: ou eles acreditam que o registo não é obrigatório, ou eles não sabem que devem registar. Então, é principalmente o desconhecimento das obrigações legais que induzem os chefes das UPIs a não declarar as suas atividades, com uma ligeira diferença entre as zonas urbanas e rurais.

A rejeição visível de colaboração com as entidades públicas é prática de uma minoria. Igualmente, não são muitos a acreditar que as démarches necessárias são muito complicadas. Finalmente, entre as UPI não registadas e, qualquer que seja o registo considerado, uma proporção reduzida acredita que o custo monetário elevado não é um dos principais motivos para o não registo.

As actividades informais surgem como sendo um sector de desenvolvimento espontâneo de actividades económicas das famílias, e não como uma estratégia de "sobrevivência". A solução para o problema do "não registo" das actividades informais passaria principalmente por uma política de comunicação activa por parte das autoridades competentes. Não seria oportuno de procurar aumentar a carga fiscal sobre a economia informal.

Tabela 33 - Razões do não registo das unidades de produção informais (em % das UPIs). Cabo Verde, 2015

Meio e tipo de registo	Taxa de não registo	Motivos do não registo (em % das UPIs não registadas)							Total
		Passos muito complicados	Muito caro	Em via de se registar	Não é obrigatório	Não sabe se deve se registar	Não quer colaborar com o Estado	outro	
Urbano									
NIF	90,1	3,8	14,1	2,3	28,6	25,4	4,0	21,9	100,0
R. comercial	92,2	2,9	7,7	2,5	26,1	26,6	5,4	28,9	100,0
INPS	98,1	11,9	25,4	1,5	20,8	21,1	4,1	15,2	100,0
Câmara Municipal	87,2	4,8	8,8	1,9	27,6	24,2	8,3	24,4	100,0
Conta bancária	97,6	2,0	17,8	1,5	26,3	9,6	3,6	39,3	100,0
Rural									
NIF	85,0	2,3	11,8	2,3	44,5	21,0	6,3	11,7	100,0
R. comercial	86,0	2,0	5,3	2,3	36,3	34,5	5,2	14,3	100,0
INPS	96,6	3,6	13,2	1,0	35,5	28,4	4,5	13,8	100,0
Câmara Municipal	73,1	3,3	5,3	2,7	38,0	21,1	19,9	9,8	100,0
Conta bancária	93,7	3,1	11,8	1,7	31,4	7,1	5,2	39,7	100,0
Total									
NIF	89,0	3,5	13,6	2,3	31,7	24,6	4,4	19,9	100,0
R. comercial	91,0	2,7	7,2	2,4	28,1	28,1	5,3	26,1	100,0
INPS	97,8	10,2	23,0	1,4	23,8	22,6	4,2	14,9	100,0
Câmara Municipal	84,3	4,5	8,2	2,0	29,5	23,6	10,3	21,8	100,0
Conta bancária	96,8	2,2	16,6	1,5	27,3	9,1	3,9	39,4	100,0

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

4. FORMALIZAÇÃO DO SECTOR INFORMAL?

A colaboração entre o informal e a administração constitui um aspecto fundamental na análise das suas relações. De facto, o bom funcionamento de um Estado de direito exige que as leis sejam efectivamente aplicadas e que esteja inserido no seu lugar, no quadro da regulamentação oficial, incluindo a economia informal. É nesta ótica que, durante este inquérito, nós nos interessamos às questões de saber se os promotores / Chefes de UPIs estavam prontos para integrar os circuitos oficiais e legais.

A vontade das autoridades em inserir as atividades informais nos circuitos formais e, em seguida, levá-las a contribuir ao esforço fiscal da nação não tem tido uma aceitação favorável, tendo em conta que mais da metade das UPIs não estão dispostas a registar a sua actividade (61,2%). Além disso, entre os 87,2% das UPIs que não pagam imposto, apenas 15,8% estariam dispostos a fazê-lo (Tabela 34).

Os resultados na tabela abaixo mostram que, no nível nacional, apenas cerca de dois chefes de UPI em cada cinco (22,1%) estão dispostos a registar a sua actividade junta a administração. E que 71,5% não estaria disposto a pagar impostos.

Tabela 34 - Situação das UIPs em relação ao imposto e o registo (em % das UIPs). Cabo Verde, 2015

		Dispostos a pagar impostos da sua actividade			Total
		Paga habitualmente	Sim	Não	
Disposto a registar a sua actividade junta a administração	Sim	9,6	9,1	3,4	22,1
	Não	1,4	3,3	56,5	61,2
	Não sabe	1,8	3,4	11,6	16,7
Total (2015)		12,8	15,8	71,5	100,0
Total (2009)		23,4	30,7	45,9	100,0

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

A análise da integração dos circuitos oficiais em relação as características das UIPs revela que 22,0% dos promotores das UIPs afirmam estar pronto para se formalizar. Ao nível dos ramos de actividade, são os proprietários das UIPs dos serviços que estariam mais dispostos a colaborar com o Estado: 27,7% deles estão dispostos a registar-se (particularmente os transportes, com 63,3%) e 20,7% dispostos a pagar impostos.

Tabela 35 - Disposição das UIPs para registar a actividade e pagar impostos (em % da UPI). Cabo Verde, 2015

Sectores e ramos de actividades	Disposto a registar a sua actividade junta a administração	Dispostos a pagar impostos da sua actividade
Indústria	14,8	12,8
Extração	6,3	11,3
Agro-alimentar	10,2	10,7
Confeções	19,5	10,7
BTP	27,3	23,5
Comércio	25,0	14,8
Comércio a grosso	40,4	51,4
Com. A retalha prod, alimentares	45,1	20,3
Outros Com a retalho	11,9	10,9
Serviços	27,7	20,7
Transporto	63,3	9,5
Hospedagem /Restauração	34,8	12,7
Reparação	32,5	31,7
Outros serviços	18,3	22,2
Meio		
Urbano	19,3	15,5
Rural	32,6	16,9
Tipo UPI		
Auto-emprego	18,4	13,9
Não salarial	30,7	28,4
Salarial	60,9	29,4
Misto	100,0	23,8
Cabo Verde	22,0	15,8
Cabo Verde (2009)	47,2	30,7

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

A partir destes resultados, pode-se perguntar se as condições precárias em que as actividades informais são realizadas não estariam por trás da recusa dos promotores de registar sua UPI, já que, uma parte importante manifestou mesmo assim a vontade de honrar obrigações fiscais. Logo, seria necessário que as autoridades tomassem medidas para reforçar este sentimento de dever cívico e também para melhorar a visibilidade das actividades informais.

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Este capítulo aborda três pontos essenciais: os problemas enfrentados pelo sector informal, as ajudas necessárias e as perspectivas de futuro. Para apreender as tendências expostas, é necessário analisar o modo de inserção dos activos no sector informal, mas também as estratégias implementadas para obter o máximo de benefício.

1. AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELO SECTOR INFORMAL

As dificuldades de funcionamento das UPI estão particularmente relacionadas com a concorrência excessiva, a falta de oportunidades / falta de clientes e as dificuldades de abastecimento em matérias-primas. Com efeito, 49,4% das UPIs sofrem com a falta de mercados / clientela para o escoamento dos seus produtos; 38,5% tem problemas de colocação dos seus produtos devido à concorrência e, 27,7% enfrenta a dificuldade de acesso à um espaço / local adequado (Tabela 36).

Essas três principais dificuldades são as mais vividas pelas UPIs, qualquer que seja o sector de actividade e o meio de residência. A elas juntam-se outros problemas, particularmente a falta de máquinas / equipamentos (25,7% dos promotores de UPI), a falta de liquidez (19,1% dos promotores das UPIs), as dificuldades de abastecimento em matérias-primas (18,0%) e, os problemas de organização e de gestão (10,3%).

Tabela 36 - Principais dificuldades enfrentadas consoante o sector de actividade e o meio de residência (em% UPI). Cabo Verde, 2015

principais dificuldades	Sector de actividade			Meio		Total
	Indústria	Comércio	Serviços	Urbano	Rural	
Venda da produção por falta de clientes	42,5	57,4	48,7	48,8	52,0	49,4
Venda da produção (concorrência)	36,1	43,2	36,0	36,7	45,8	38,5
Falta de espaço, local adequado	28,8	29,0	24,7	27,4	29,0	27,7
A falta de equipamento	40,3	9,8	26,4	27,0	20,8	25,7
O acesso ao crédito	19,6	14,9	23,8	18,1	23,0	19,1
Abastecimento M-P	13,4	24,7	15,6	17,4	20,1	18,0
Organização e Gestão	7,8	13,1	10,3	10,0	11,7	10,3
Demasiados impostos	3,7	10,8	8,6	6,9	10,2	7,5
Técnicas de fabricação	12,5	1,9	5,1	7,2	4,8	6,7
peçoal qualificado	3,9	5,5	2,7	4,1	4,0	4,1
Outro	1,1	1,4	2,0	1,6	0,8	1,4
Pelo menos uma dificuldade	66,4	74,1	67,9	68,4	73,8	69,5

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

2. AS AJUDAS DESEJADAS PELOS OPERADORES DO SECTOR INFORMAL

Para enfrentar as dificuldades do momento, mais da metade dos promotores de UPI (65,9%) desejam ter acesso a grandes encomendas (Tabela 37). Este tipo de apoio é ainda mais desejado nos sectores de comércio (68,4. O acesso ao crédito vem na segunda posição (46,0%). O acesso às máquinas modernas (45,8%), o acesso às informações no mercado (42,6%), a publicidade de novos produtos (41,8%) e a formação técnica (38,7 %) também são os tipos de ajuda desejados pelos promotores de UPI (Tabela 37).

Tabela 37 - Ajudas desejadas pelos chefes de unidades de produção informais por sector de actividade e por meio (%). Cabo Verde, 2015

Principais ajudas desejadas	Sector de actividade			Meio de residência		total
	Indústria	Comércio	Serviços	Urbano	Rural	
Acesso às encomendas	65,0	68,4	63,9	68,4	56,3	65,9
Acesso ao crédito	40,3	45,6	53,9	46,1	45,7	46,0
Acesso às máquinas modernas	58,0	28,3	51,7	47,9	37,6	45,8
Acesso às inform. sobre o mercado	37,5	51,8	38,0	41,5	46,9	42,6
Divulgar os novos produtos	38,6	46,7	40,0	42,2	40,3	41,8
formação técnica	37,1	41,3	37,7	38,6	39,2	38,7
Assistência ao abastecimento	29,8	46,1	33,2	34,4	44,5	36,5
Formação em gestão e contabilidade	25,9	45,5	33,6	35,2	34,1	34,9
Registar a actividade	24,4	33,3	29,3	28,9	29,0	28,9
outros	4,1	9,8	9,8	6,5	12,7	7,8
Nenhuma ajuda desejada	21,2	14,9	13,9	14,8	25,1	16,9

Fonte: IMC 2015, modulo sector informal

Se pudessem beneficiar de um empréstimo para financiar as suas actividades, 32,7% dos promotores das UPIs afetariam os fundos obtidos para aumentar os seus stocks de matérias-primas (Tabela 38). Uma proporção de 17,1% utilizaria o empréstimo para melhorar o espaço / local e 13,1% para melhorar as máquinas / mobiliário / ferramenta. É de salientar que apenas 0,9% dos promotores das UPIs utilizariam o crédito para a contratação de um novo funcionário.

No sector do comércio, mais da metade (54,3%) dos promotores das UPIs utilizariam os créditos para aumentar seus stocks de mercadorias. No sector da indústria, 20,5% dos promotores das UPIs utilizariam os créditos para a mesma finalidade. No sector dos serviços, 26,3% dos promotores das UPIs utilizariam os créditos para melhorar o local /

localização ou na criação de um estabelecimento de uma actividade similar (11,7%) ou criando um estabelecimento de actividade diferente (6,1%).

Tabela 38 - Principal uso de um possível crédito pelas unidades de produção informais por sector de actividade e meio (em % das UPIs). Cabo Verde, 2015

Uso prioritário de um possível crédito	Sector de actividade			Meio de residência		total
	Indústria	Comércio	Serviços	Urbano	Rural	
Crescimento intensivo	65,5	63,4	61,8	66,7	52,3	63,7
Ampliar os stocks de matérias-primas	20,5	54,3	22,1	33,2	30,8	32,7
Melhorar local, localização da UPI	21,2	5,1	26,3	19,0	9,6	17,1
Melhorar as máquinas, mobiliários, ferramentas	21,8	3,9	13,0	13,6	10,8	13,1
Recrutamento / empregado	2,0	0,1	0,3	0,8	1,1	0,9
Crescimento extensivo	14,9	15,5	17,8	13,3	26,2	16,0
Abrir um outro de actividade similar	6,6	7,6	11,7	7,6	11,4	8,4
Abrir outro estabelecimento de actividade diferente	8,3	7,9	6,1	5,7	14,7	7,5
Fazer despesas fora do estabelecimento	9,5	13,1	5,4	8,9	12,1	9,6
Outro	10,0	8,0	15,0	11,1	9,5	10,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

3. AS PERSPECTIVAS DE FUTURO DO SECTOR INFORMAL

Apesar da situação económica difícil, cerca de 6 em cada 10 promotores de UPI (57,2%) estão optimistas quanto ao futuro da unidade de produção (Tabela 39). Esta proporção é ligeiramente mais elevada nas UPIs dos serviços (65,0%) e do comércio a grosso (100,0%). No entanto, segundo o ramo de actividades, os promotores de UPIs da extração (25,3%) e outros do comércio a retalho (46,5%) são os menos optimistas sobre o futuro das suas actividades.

Os homens são proporcionalmente mais numerosos que as mulheres em pensar que as suas UPIs têm um futuro promissor (61,6% contra 54,5%). Além disso, cerca 3 em cada 10 promotores de UPI querem que os seus filhos, parentes ou conhecidos continuem as actividades da UIP.

Por ramo de actividade, os promotores de UPI envolvidos no comércio a grosso, comércio a retalho de produtos alimentares, transporte e confeção querem ver os seus filhos exercer a mesma actividade (pelo menos 36%). Esta atitude confirma o optimismo relativamente maior, expresso pelos promotores de UPI destes ramos. Além disso, é de

salientar que os promotores de UPI escolarizados desejem em grau menor ver os seus filhos, parentes ou conhecidos continuar as suas actividades.

**Tabela 39 - Perspectivas de futuro de acordo com os chefes das UPI (em % das UPI).
Cabo Verde, 2015**

	A UPI tem um futuro	Deseja ver o filho continuar
Sectores e ramos de actividade		
Indústria	53,4	23,0
Extração	25,3	3,1
Agro-alimentar	52,1	19,9
Confeções	58,9	36,7
BTP	64,5	24,5
Comércio	54,7	26,5
Comércio a grosso	100,0	40,4
Com. a retalho de produtos alimentares	66,7	39,5
Outros com. A retalho	46,5	17,9
Serviços	65,0	31,1
Transporte	65,3	37,6
Hospedagem / Restauração	64,7	34,4
Reparação	59,3	35,5
Outros serviços	66,3	28,0
Estatuto do promotor		
Patrão	67,0	37,8
Por conta próprio	56,1	25,3
Sexo		
Masculino	61,6	32,9
Feminino	54,5	22,7
Faixa etária do chefe da UPI		
Menos de 25anos	56,6	30,4
De 25 a 44 anos	58,7	25,7
45 anos e mais	55,5	27,0
Antiguidade do chefe da UPI		
Menos de 10 anos	57,9	28,4
De 10 a 19 anos	54,8	23,4
20 anos e mais	59,0	25,4
Nível de instrução		
Pré-escolar e alfabetização	54,9	19,2
EBI	55,1	24,6
Secundário	60,8	30,0
Curso Médio e superior	62,9	33,6
Meio de residência		
Urbano	56,0	25,8
Rural	61,7	29,3
Total	57,2	26,5

Fonte: IMC 2015, módulo sector informal

CONCLUSÃO

O segundo inquérito nacional sobre o sector informal em Cabo Verde tinha por principal objectivo de actualizar os indicadores do sector informal obtidos 2009 e, por conseguinte, apreciar a evolução do sector informal não agrícola. Permitiu, entre outros, saber as condições de funcionamento das unidades de produção informais e de medir o seu desempenho económico.

Os resultados mostram que, apesar da maioria das UPIs seja gerida por promotores ao título do seu principal emprego, as condições de actividade são muito precárias. As razões para esta precariedade estão relacionadas sobretudo com os modos de gestão e de organização das unidades. Geralmente unipessoais, as UPIs são pouco organizadas e relativamente jovens. A maioria das UPIs não é registada em qualquer registo administrativo. A taxa de assalariamento é baixa e tende a baixar. Os empregos vulneráveis são predominantes. Poucos empregados têm um contrato de trabalho escrito, com tendência ao agravamento.

As mulheres são maioritárias no sector informal e essa participação tem aumentado significativamente nos últimos anos. No entanto, as mulheres representam apenas um quarto do assalariado e menos da metade dos empregadores. Estão mais representadas, entre os trabalhadores por conta própria e investem principalmente no comércio, onde elas respondem por três quartos dos actores.

Poucos UPIs não têm capital para o exercício das suas actividades. Este capital é constituído principalmente de terrenos / locais e acessoriamente máquinas e outras ferramentas de trabalho. É financiado principalmente por poupanças pessoais, doação ou herança. Além disso, as UPI investem essencialmente com fundos próprios e procuram muito pouco contrair um empréstimo.

No que tange os desempenhos económicos, o sector do comércio, em comparação com os sectores da indústria e dos serviços é, de longe, o que cria mais riqueza. Além disso, este sector é o que produz o volume de negócios mensal médio mais alto, mas a produtividade não é o mais elevado. São as UPIs do sector da indústria que têm as produtividades do trabalho e o lucro per capita mais altos. As UPI do sector dos serviços têm a produtividade do capital e lucro por unidade de capital mais altos.

A massa salarial suportada pelas UPIs é apreciável; é de 275,6 milhões ECV mensal. A contribuição para as finanças públicas, a traves dos impostos e contribuições pagos, é de 19,7 milhões ECV mensal.

De uma maneira geral, os desempenhos das UPIs segundo o tipo de emprego indicam que as UPIs salariais (composta pelo promotor e assalariados) são os mais bem-sucedidos. Elas têm em média um volume de negócios e uma produção menos elevados que para as UPIs mistas (compostas pelo promotor, funcionários assalariados e não assalariados). No entanto, o VA e os lucros que geram são em média muito mais elevados. Uma espécie de escala indicando as etapas de evolução possível das UPIs pode, a partir deste ponto de vista, ser estabelecido:

- primeiramente, a primeira fase do auto-emprego (promotor sozinho) com um volume de negócios, uma produção e uma rentabilidade reduzidos;
- Em seguida, a fase não salarial (promotor e pessoal não assalariados), que envolve, além do promotor, outras pessoas não assalariadas, geralmente familiares (trabalhadores familiares não remunerados). Nesta fase, os valores mensais dos indicadores de produção e de rentabilidade melhoram-se significativamente, quase o dobro da etapa anterior;
- finalmente, a fase salarial ou fase mista (promotor, empregados assalariados e não assalariados). Esta organização é semelhante à das empresas do sector formal. Nesta fase, os valores mensais dos indicadores de produção e de rentabilidade são também significativamente melhorados em relação à etapa anterior (em média, triplicados).

As relações entre os actores do sector informal e o Estado continuam dependentes das acções dos poderes públicos. Apesar da flexibilidade dos procedimentos de declaração da actividade e da simplificação da regulamentação fiscal, a proporção de promotores de UPI que queiram integrar os circuitos formais permanece baixa e até mesmo tende a retroceder. A principal razão é o desconhecimento da regulamentação. A maioria dos actores do sector informal ignorem que têm de registar-se ou não sabe como fazê-lo. Portanto, existe uma necessidade de desenvolver uma política de comunicação adaptada, por parte das administrações concernentes.

As dificuldades de funcionamento das UPIs são principalmente relacionadas com a falta de oportunidades / falta de clientela, à concorrência excessiva, a falta de espaço / local adaptado e a falta de máquinas e equipamentos. Estas dificuldades são susceptíveis de prejudicar o desenvolvimento das UPIs, de comprometer a sua sobrevivência ou mesmo causar o seu desaparecimento. Os apoios desejados pelos promotores, para enfrentar

tais dificuldades são; o acesso às encomendas de matérias-primas ou mercadorias, o acesso ao crédito, o acesso à formação técnica e às informações sobre o mercado.

A maioria dos chefes de UPI são optimistas sobre o futuro das suas unidades de produção e, um quarto deles querem que seus filhos continuem a actividade.

Finalmente, as características do sector informal já observadas em 2009 são globalmente confirmadas nos resultados de 2015. As evoluções relevantes mostram um sector que desempenha o seu papel de amortecedor social em tempos de crise económica. As Análises subsequentes à integração dos dados nas contas nacionais indicarão com precisão o significado da evolução da contribuição deste sector na criação de riqueza nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRISTAT (1999), "Conceitos e indicadores do mercado de trabalho e do sector informal," **Série Métodos No. 2, dezembro.**

AFRISTAT, DIAL (2001), "Metodologia de realização de um inquérito 1-2-3 em grandes cidades dos países da UEMOA," junho

AFRISTAT, DIAL (2005), " Sector Informal: o desempenho, integração, perspectivas, inquérito 1-2-3, Fase 2" *STATECO* n°99.

BIT (2000), "As recomendações internacionais em vigor sobre estatísticas do trabalho", Genebra.

BIT /OIT (1993) "A Resolução nº 2, relativo às estatísticas de emprego no sector informal", 15ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, Genebra, janeiro.

BIT /OIT (2013) "Medir a informalidade: Manual Estatística no sector informal e o emprego informal", Turim.

DIAL (2001), "Inquérito 1-2-3: um dispositivo original para monitorização da pobreza."

DIAL, DSCN (1993), "O sector informal em Yaoundé, resultados chaves, Inquérito 1-2-3, Fase 2". Camarões

ANEXOS

ANEXO 1 - ALGUNS CONCEITOS

Aprendiz: pessoa admitida numa empresa para adquirir a formação profissional. Ele pode ser remunerado ou não.

Empregador (ou patrão): Um indivíduo que trabalha por conta própria ou com um ou mais sócios, ocupando um empregado a título independente, e que emprega um ou mais funcionários em sua unidade.

Conta própria: Um indivíduo ocupando um empregado a título independente, mas que emprega nenhum assalariado e ainda pode trabalhar com a mão-de-obra familiar e / ou aprendizes.

Assalariado: que tem um emprego remunerado em dinheiro e/ou em com contrato de trabalho assinado, explícito ou implícito, continuamente com o mesmo empregador.

Sector informal: Conjunto as unidades de produção que não têm um número de identificação fiscal (NIF) e / ou não têm uma contabilidade formal,

Taxa de assalariamento: Razão do número de assalariado com o efectivo total dos trabalhadores.

Travailleurs indépendants : Ensemble des patrons et travailleurs pour compte propre.

Unidade de produção: unidade básica, que mobiliza factores de produção (trabalho, capital) para gerar uma produção e um valor acrescentado no sentido de contas nacionais. A unidade de produção é confundida com um estabelecimento quando a actividade é exercida num espaço físico especificamente concebida para esta finalidade (loja, oficina, barraca). Ele é comparado a um "pseudo estabelecimento", quando não há local (actividade a domicilio, actividade ambulatória). Por exemplo, uma costureira trabalhando sozinho em casa e confeccionando roupas para os seus clientes está associada a uma unidade de produção de ramo "confeções". Da mesma forma, um vendedor de cigarros a retalho na rua está associado a uma unidade de produção do ramo "comércio".

Produção = Montante da venda () + custo dos produtos acabados consumidos pelos agregados das UPIs + variação do stock de produtos acabados – custo dos produtos comprados e revendidos no seu estado

A produção é sensivelmente diferente do volume de negócio só para os «comércios».

valor acrescentado (VA) = produção – consumo intermédio.

Excedente Bruto de Exploração (EBE) = valor acrescentado - (massa salarial + impostos indirectos, subsídios líquidos).

No caso do sector informal, a EBE é um rendimento misto que remunera tanto o trabalho do empresário individual e o capital avançado.

Taxa de margem = EBE / VA. No entanto, no caso das operações comerciais, as margens podem ser definidas como a diferença entre o volume de negócios e o custo dos produtos comprados e revendido como produtos no seu estado. Podemos calcular uma taxa de margem comercial [margem / custo dos produtos adquiridos em seu estado para revenda], diferente da taxa de margem, tal como definido nas contas nacionais.

Massa salarial = remuneração e subsídios do pessoal + contribuições sociais

Coeficiente do capital = Capital / Produção

Investimento = Valor de equipamentos ou materiais adquiridos durante os doze meses anteriores ao inquérito

Taxa de investimento = investimento / valor acrescentado

ANEXO II - ALGUMAS TABELAS POR REGIÃO

Tabela A.1: Distribuição das UPIs em função do tamanho por região em 2015

	Região							
	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal + Boa Vista	Maio	Praia	Outro Santiago	Fogo +Brava
Efectivos								
1 pessoa	1 265	7 917	430	1 364	372	10 566	5 828	1 238
2 pessoas	368	417	100	144	78	894	763	361
3 pessoas	95	0	0	0	0	0	397	71
4 pessoas	25	0	0	0	0	112	74	0
5 pessoas ou mais	0	174	26	30	0	0	119	0
Total	1 753	8 507	557	1 538	450	11 572	7 179	1 671
Proporções								
1 pessoa	72,1	93,1	77,3	88,7	82,6	91,3	81,2	74,1
2 pessoas	21,0	4,9	18,0	9,4	17,4	7,7	10,6	21,6
3 pessoas	5,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,5	4,3
4 pessoas	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0
5 pessoas ou mais	0,0	2,0	4,7	2,0	0,0	0,0	1,7	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de empregos	2 388	9 618	775	1 803	528	12 802	9 662	2 175
Tamanho médio (Nº de pessoas)	1,4	1,1	1,4	1,2	1,2	1,1	1,3	1,3

Tabela A.2: Distribuição das UPIs em função do tipo de emprego por região em 2015

	Região							
	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal + Boa Vista	Maio	Praia	Outro Santiago	Fogo +Brava
Efectivos								
Auto emprego	1 265	7 848	430	1 364	372	10 566	5 650	1 238
Não assalariado	238	174	94	54	41	727	816	107
Assalariado	199	417	20	108	37	280	483	300
Mista	51	69	13	12	0	0	54	26
ND	0	0	0	0	0	0	177	0
Total	1 753	8 507	557	1 538	450	11 572	7 179	1 671
Proporções								
Auto emprego	72,1	92,2	77,3	88,7	82,6	91,3	78,7	74,1
Não assalariado	13,6	2,0	16,8	3,5	9,1	6,3	11,4	6,4
Assalariado	11,4	4,9	3,5	7,0	8,3	2,4	6,7	18,0
Mista	2,9	0,8	2,4	0,8	0,0	0,0	0,7	1,5
ND	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% UPIs com pelo menos um assalariado	14,3	5,7	5,9	7,8	8,3	2,4	7,4	19,5
Taxa de assalariamento (%)	10,7	9,1	3,7	8,0	5,3	2,7	13,3	7,1

Tabela A.3: Tempo semanal de trabalho por região em 2015

	Região							
	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal + Boa Vista	Maio	Praia	Outro Santiago	Fogo +Brava
Distribuição dos activos em relação às faixas de horários (em %)								
Menos de 24 h	30,1	39,8	40,9	21,5	41,5	27,7	28,4	31,1
De 24 h a 40 h	26,4	33,5	19,1	17,1	20,7	31,7	24,0	31,1
De 41 h a 48 h	8,6	19,1	17,8	17,2	3,7	11,4	5,8	10,8
De 49 h a 60 h	17,6	3,0	5,2	21,6	2,2	16,3	16,9	8,5
Mais de 60 h	17,3	4,7	16,9	22,6	31,9	12,9	24,9	18,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tempo médio semanal de trabalho (em horas)								
Indústria	35,6	24,5	24,1	37,0	32,6	27,6	39,0	34,9
Comércio	39,5	29,7	55,7	47,8	50,0	45,6	48,0	46,3
Serviços	45,0	40,8	41,9	47,9	48,7	36,3	50,3	36,9
Ensemble	40,2	31,7	36,2	45,5	43,1	37,7	44,7	38,9

Tabela A.4: Renumeração por região em 2015 (Em ECV)

	Região							
	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal + Boa Vista	Maio	Praia	Outro Santiago	Fogo +Brava
Distribuição dos activos em relação às faixas de horários (em %)								
Renda mensal média	20 753	34 190	30 405	38 567	22 900	29 700	28 524	34 957
Renda mensal mediano	8 280	12 500	4 800	14 870	14 700	18 400	12 350	16 000
Renda por hora média	190	266	189	229	374	232	198	254

Tabela A.5: Haveres e montante médio do capital por UPI e em função do sector de actividade em 2015

	Região							
	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal + Boa Vista	Maio	Praia	Outro Santiago	Fogo +Brava
UPI sem capital (em %)								
Indústria	0,0	2,7	0,0	3,8	6,8	8,2	2,5	0,0
Comércio	11,9	5,8	0,0	40,6	10,0	9,3	8,3	14,3
Serviços	4,7	17,3	0,0	1,4	0,0	0,0	4,6	20,7
Total	5,4	8,2	0,0	7,2	6,1	6,3	5,7	6,9
Montante médio do capital por UPI com capital (em escudos)								
Indústria	176 287	860 093	198 245	178 549	91 171	1 270 481	108 019	128 160
Comércio	580 355	25 232	1 400 172	1 034 398	122 800	55 852	128 630	309 548
Serviços	531 294	36 244	486 609	281 732	195 132	412 352	451 388	383 546
Total	429 566	432 955	456 684	310 825	134 508	516 724	173 367	206 175

Tabela A.6: Modo de financiamento do capital por ramo de actividade em função da região em 2015 (em % do valor do capital)

	Região							
	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal + Boa Vista	Maio	Praia	Outro Santiago	Fogo + Brava
Poupança, doação, Herança	69,5	91,5	81,8	91,0	83,9	92,5	92,7	89,1
Indústria	26,7	51,5	44,9	30,1	33,3	32,6	35,4	55,4
Comércio	26,2	11,7	6,6	5,9	24,5	29,4	38,5	20,5
Serviços	16,5	28,3	30,4	55,0	26,0	30,5	18,9	13,2
Empréstimo familiar	4,1	3,2	5,9	3,2	3,4	4,5	2,0	5,5
Indústria	1,9	2,3	2,9	0,8	0,6	2,3	0,9	2,8
Comércio	0,2	0,0	0,0	0,0	2,2	1,2	0,5	1,6
Serviços	2,0	0,9	3,0	2,4	0,6	1,0	0,6	1,1
Empréstimo Bancário	6,0	0,9	3,6	0,0	1,1	0,3	0,3	1,2
Indústria	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Comércio	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1	1,2
Serviços	5,2	0,2	3,6	0,0	1,1	0,0	0,1	0,0
Outros	20,4	4,4	8,7	5,8	11,6	2,7	5,0	4,2
Indústria	5,0	1,7	5,2	1,4	2,4	0,0	2,6	3,3
Comércio	4,5	0,7	0,0	0,2	3,0	0,4	1,4	0,4
Serviços	10,8	2,0	3,5	4,2	6,2	2,3	1,0	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0